



RELATÓRIO e CONTAS 2006



carris 

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.



RELATÓRIO e CONTAS 2006

carris

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.



ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS

05

RELATÓRIO DE GESTÃO

07

APRESENTAÇÃO

08

SERVIÇO PRESTADO

12

RECURSOS HUMANOS

21

RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

25

RECURSOS FINANCEIROS

28

RESULTADOS ECONÓMICOS

31

SUSTENTABILIDADE NA CARRIS

36

EVOLUÇÃO PREVISTA

37

CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO DE
CONSELHO DE MINISTROS 155/2005

38

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

38

CONSIDERAÇÕES FINAIS

39

CONTAS DO EXERCÍCIO

40

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

70

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

75



Da esquerda para a direita:
Dr. António Santos e Silva (Vogal),
Dr^a. Isabel Cabaço Antunes (Vogal),
Dr. José Manuel Silva Rodrigues (Presidente),
Dr^a. Maria Adelina Rocha (Vogal)
Eng^o. Joaquim Zeferino (Vogal)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro
Vice Presidente	Dr. Gonçalo José Silva Gentil Anastácio
Secretário	Dr. Manuel Antunes Vicente

Conselho de Administração

Presidente	Dr. José Manuel Silva Rodrigues
Vogais	Dr. ^a . Maria Isabel Gaspar Cabaço Antunes
	Dr. ^a . Maria Adelina Pinto Dias Rocha
	Dr. António de Carvalho Santos e Silva
	Eng. ^o . Joaquim José Garrido Zeferino

Fiscal Único

	Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues (SROC n.º 88), representada por:
	Dr. Leontino Raimundo Aleixo (ROC n.º 98)
Suplente	Dr. Luís Marques Granja (ROC)

Unidades Organizacionais, Direcções e Outros Órgãos de 1.ª Linha

Unidade de Controlo Operacional e Planeamento de Rede (coordenador)	Eng. ^o . Tec. José Maia
Unidade de Negócios de Exploração de Autocarros (coordenador)	Eng. ^o . Vítor Gonçalves
Unidade de Negócios do Modo Eléctrico (coordenador)	Eng. ^o . Élio Serra
Unidade de Negócios de Manutenção (coordenador)	Eng. ^o . José Freire da Fonseca
Direcção Comercial e de Marketing	Eng. ^a . Maria João Branco
Direcção Financeira	Dr. Carlos Sousa Bentes
Direcção de Logística	Eng. ^o . Carlos Figueiredo
Direcção de Recursos Humanos	Eng. ^o . Tec. Pedro Martins Pereira
Secretaria Geral	Dr. Luís Vale
Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso	Dr. Manuel Antunes Vicente
Gabinete de Inovação e Desenvolvimento	Eng. ^o . Jorge Nabais
Gabinete de Planeamento, Controlo de Gestão e Auditoria	Dr. Carlos Sousa Bentes
Gabinete de Qualidade e Segurança	Eng. ^o . António Parente
Provedor do Cliente	Eng. ^o . António Quaresma
Gabinete de Relações Internacionais	Dr. Arnaldo Pimentel



RELATÓRIO DE GESTÃO

07

APRESENTAÇÃO

08

SERVIÇO PRESTADO

12

RECURSOS HUMANOS

21

RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

25

RECURSOS FINANCEIROS

28

RESULTADOS ECONÓMICOS

31

SUSTENTABILIDADE NA CARRIS

36

EVOLUÇÃO PREVISTA

37

CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS 155/2005

38

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

38

CONSIDERAÇÕES FINAIS

39

1. APRESENTAÇÃO

1. O exercício de 2006 foi marcado pelo início de um novo mandato, tendo-se verificado um ajustamento no Conselho de Administração, em resultado da eleição de 3 novos administradores, mantendo-se, por isso, o Presidente e um administrador que transitaram do mandato anterior.

O novo Conselho de Administração definiu as linhas gerais de orientação estratégica, para o período 2006-2008, de que resultaram a continuação do processo de reestruturação, iniciado em 2003 e da consequente redução do desequilíbrio operacional da Empresa.

2. Prosseguiram-se, por isso, acções de melhoria contínua da qualidade do serviço de transportes que, diariamente, a CARRIS presta à Cidade, procurando, desta forma, a Empresa contribuir para a concretização de um novo paradigma para a mobilidade urbana mais dependente do transporte público.

Na verdade, não sendo possível manter na Área Metropolitana de Lisboa, em geral e em Lisboa, de forma particular, um modelo de mobilidade tão centrado no automóvel, como tem acontecido designadamente na última década e meia, impõem-se medidas concretas - e não apenas por parte dos operadores de transportes - que viabilizem a sustentabilidade ambiental, económica e social do espaço urbano de que Lisboa é o centro.

A CARRIS tem consciência plena da relevância do seu contributo, enquanto operador que detém o exclusivo do transporte de superfície na cidade de Lisboa.

Por isso, iniciou em 2003 – e prossegue – uma estratégia que visa dar resposta adequada às necessidades de transporte da Cidade, através da melhoria contínua da qualidade – melhores carreiras, com melhores horários e frequências e melhores veículos, com recursos humanos rejuvenescidos e qualificados, com acréscimos de produtividade e eficiência, com reflexo em ganhos operacionais significativos, que resultam claros quando se comparam os resultados operacionais reais – sem indemnizações compensatórias, nem custos com rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo – que, entre 2006 e 2002, evidenciaram uma melhoria de mais de 22 milhões de euros.

O exercício de 2006 foi, pois, para a CARRIS, mais um ano de consolidação desta evolução positiva de modernização empresarial.

3. No início do ano, logo em Janeiro, a Empresa obteve a Certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade, pela NP EN ISO 9001:2000, atribuída pela APCER, culminando assim os trabalhos preparatórios desenvolvidos, nos últimos anos, com particular ênfase, em 2004 e 2005, tornando-se assim, a 1.ª empresa do sector público de transportes a ser globalmente certificada.



Este compromisso com a qualidade total reflectiu-se, também, na obtenção da Certificação do serviço (NP EN 13816:2003), através da Certificação das 4 carreiras da rede da CARRIS (a carreira 15 de Eléctricos e as carreiras de Autocarros 56, 60 e 83), atribuída pela CERTIF, em Fevereiro de 2006, permitindo, desta forma, concluir com êxito os trabalhos inovadores, neste domínio, iniciados em 2005.

4. Por outro lado, foi, também, em 2006 que foi concluído o processo de renovação da frota de autocarros, iniciado em 2004, através da aquisição de 408 novos veículos, o que se concretizou através da recepção de 133 novos autocarros e permitiu o abate de 160 veículos.

A nova frota de autocarros da CARRIS que, no final de 2006, evidenciava uma idade média de 5,6 anos (16,5 anos em 2003), assegura elevados padrões de qualidade (pisos rebaixados, rampa de acesso a cadeira de rodas, ar condicionado, sistema de vídeo-vigilância, etc.), tendo permitido uma significativa melhoria do desempenho ambiental da totalidade da frota (-47,5% de Nox; -73,9% de Hc; -67,4% de Co e -79,6% de Pt), com ganhos da maior relevância para a qualidade do ar e a diminuição do ruído, na Cidade, de que são beneficiários todos os cidadãos que habitam ou trabalham em Lisboa.

Durante o exercício de 2006 prosseguiu o processo de externalização da manutenção de 1.º e 2.º escalões, com ganhos de eficiência para a CARRIS. No final do ano, encontravam-se nesta situação 534 autocarros, cerca de 70% da frota da Empresa deste tipo de veículos.

5. Prosseguiu em 2006 o rejuvenescimento do pessoal tripulante da Empresa, (motoristas e guarda-freios), tendo sido admitidos 242 novos efectivos.

Este rejuvenescimento, que contribui para uma boa imagem da CARRIS, reflecte-se de forma positiva no desempenho operacional da Empresa, uma vez que estes novos tripulantes são objecto de demoradas e cuidadas acções de formação com especial ênfase nos aspectos da segurança e do relacionamento comercial com os Clientes.

6. O ano de 2006 foi, ainda, e sobretudo, marcado por um facto do maior significado e relevância para a vida da CARRIS: a reestruturação profunda da sua rede de autocarros.

Culminando estudos detalhados, desenvolvidos em 2004 e 2005, a Empresa iniciou, em Setembro do ano transacto, o processo de reestruturação da sua rede.

Há várias décadas que a CARRIS não concretizava um processo global e coerente de reformulação da sua rede. Na verdade, à medida que a Cidade se foi alterando, com o surgimento de novos pólos habitacionais e de escritórios, novas centralidades comerciais, novas extensões da rede do metropolitano, novos interfaces, por um lado e, por outro, se verificou a perda de importância de algumas áreas, à medida que a Cidade perdeu população e foi envelhecendo a CARRIS introduziu, em diversos momentos e com dimensão e alcance diferenciados, várias alterações na sua rede, procurando realizar os ajustamentos adequados da oferta à procura.

Neste contexto, tornava-se urgente reanalisar a situação e proceder a uma reflexão global sobre a rede, avaliando a sua efectiva adequação à Cidade de hoje e ao interface desta com os espaços periurbano e suburbano circundantes, de modo a assegurar coerência e eficácia à resposta dada pela CARRIS às necessidades da mobilidade urbana, designadamente assegurando uma melhor articulação da sua rede com a rede do metropolitano.

Foi esse trabalho de análise e reflexão que foi feito, a partir de 2004 e que permitiu, em Setembro de 2006, iniciar a implementação da rede reestruturada da CARRIS – a “Rede 7”, assim chamada em homenagem à Cidade das 7 Colinas e por ser utilizada nos 7 dias da semana.

A “Rede 7” será implementada de forma gradual e faseada num horizonte até 2010.

Esta opção por uma implementação gradual e faseada resulta da preocupação de, por um lado, permitir sem rupturas um ajustamento, da procura às alterações introduzidas e a introduzir na oferta – os exemplos de mudanças profundas ocorridas nas redes de transportes, em outras cidades, mostram que o mercado reage sempre com resistências e sobressalto quando se verificam significativas alterações de percursos e horários nas carreiras – e, por outro, porque a reestruturação da rede reflecte já, conceptualmente, as alterações que ocorrerão, no horizonte atrás referido, na rede do metropolitano e que não estando, porém, ainda, concretizadas não permitem à CARRIS, desde já, a sua implementação.

Por isso, nesta fase iniciada em Setembro, foram, apenas, concretizadas as mudanças que reflectem a realidade actual da Cidade, das suas necessidades de mobilidade e do seu sistema de transportes.

7. Para concretizar, com sucesso, esta 1.ª Fase da “Rede 7”, a CARRIS desenvolveu uma das maiores operações de comunicação – senão a maior – com o mercado, designadamente com os seus clientes mas, também, com as entidades públicas – Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia, Direcção Geral de Transportes Terrestres e Fluviais – e com todos os seus colaboradores, dando especial ênfase aos motoristas, guarda-freios e pessoal de enquadramento do tráfego.

Este processo de comunicação desenvolveu-se utilizando diversos meios – rádios, jornais, revistas, outdoor, interior e exterior de veículos, paragens, acções de rua, etc. – e múltiplas formas – folhetos por carreira, mapas de rede, uma Revista – “Rede 7” com as explicações de todas as mudanças que iriam ocorrer, entrevistas a diversos Órgãos de Comunicação Social, reuniões de trabalho com cada uma das Juntas de Freguesia de Lisboa, etc.. A Banda de Música da CARRIS esteve, também, presente apoiando diversas acções de rua, de contacto directo com os clientes.

Foram mudadas as mais de 2000 chapas de paragem existentes, colocando-se novas chapas com a imagem “Rede 7” e a nova numeração das carreiras.

Foi, igualmente, substituída a informação disponível nos abrigos, e as plantas de rede, de modo a ser garantido aos clientes a informação adequada.

Foram, também, introduzidas cores diferentes nas carreiras, de acordo com as suas áreas predominantes de intervenção, para facilitar a compreensão da rede, sobretudo aos passageiros ocasionais.

Todas estas acções, quer as externas, quer as internas, tiveram como objectivo prioritário informar: comunicar as mudanças, explicá-las e justificá-las, de modo a tornar clara a determinação da Empresa na melhoria contínua do serviço que presta à Cidade.

A concretização da 1.ª fase da “Rede 7”, foi, pois, uma experiência única de mobilização de toda a Empresa, do mais

qualificado ao menos qualificado dos seus colaboradores, para que este importante processo decorresse com sucesso, condição indispensável para o êxito das próximas fases.

As alterações introduzidas na oferta, com a implementação da “Rede 7”, permitiram, também, a concretização de mais um passo na adopção da bilhética sem contacto com a mudança do bilhete pré-comprado (BUC) em suporte papel para um bilhete sem contacto, carregado no Cartão 7 Colinas, que passou a ter validade horária e, desta forma, permite maior flexibilidade na utilização da rede da CARRIS, conforme adiante, no Relatório, se refere.

As alterações na rede (alterações de percursos, horários e frequências), assegurando carreiras melhor adequadas às necessidades da mobilidade, os novos veículos mais confortáveis e seguros e com melhor desempenho ambiental, os novos tripulantes que, com os mais experientes, asseguram competência no desempenho das suas funções, são sinais claros e consistentes de que a CARRIS se moderniza, construindo com determinação o seu futuro, afirmando-se como um operador de transportes indispensável para a sustentabilidade e competitividade da Cidade e da Área Metropolitana em que esta está inserida.

8. Este compromisso da Empresa com a sustentabilidade está, também, reflectido nos trabalhos que foram desenvolvidos, ao longo de 2006, para a certificação de mais 18 car-



reiras, processo apresentado no final do ano e que terá concretização ainda no 1.º trimestre de 2007.

Em 2006 foi, também, assinado, em Bilbao, no decorrer da 1.ª Conferência para a Sustentabilidade, promovido pela UITP – União Internacional dos Transportes Públicos, a Carta de Compromisso da CARRIS (“Pledge Signatory”). Prosseguiram, também, as acções de preparação para a obtenção, no final de 2007, da Certificação Ambiental da Empresa.

9. Merece realce, no exercício de 2006, a redução da procura que foi ligeiramente superior a 2%, tendo-se verificado uma significativa desaceleração, em comparação com os níveis atingidos em anos anteriores, em que a perda de passageiros oscilou entre os 5 e 7% ao ano.

Esta evolução irá sendo monitorizada e analisada, em 2007, bem como acompanhada de medidas destinadas a estimular o aumento da procura, a fim de se avaliar se significa, como é desejável, a inversão da tendência de perda de passageiros que, nos últimos 15 anos, o sistema de transportes na Área Metropolitana de Lisboa tem sofrido.

Os aspectos de melhoria da qualidade do serviço prestado pela CARRIS, que atrás já se referiram e a adopção de novas políticas, comercial e de marketing, a aplicar ao longo de 2007, destinadas a, de forma inovadora, fidelizarem os clientes actuais e ganharem novos segmentos do mercado, po-

derão permitir à Empresa entrar num novo ciclo, assumindo um papel activo e determinante no novo modelo de mobilidade urbana que urge concretizar.

Para o sucesso deste novo modelo, de que a Área Metropolitana carece, é fundamental, ao longo de 2007, uma atitude mais determinada, do que a que ocorreu em 2006, por parte das entidades públicas com intervenção na regulação deste mercado, designadamente da Câmara Municipal de Lisboa, que deverá viabilizar, através de medidas adequadas de estacionamento, circulação, prioridade ao transporte público, entre outras, a melhoria das condições de circulação, o que se reflectirá, para a CARRIS, em ganhos de velocidade comercial e em aumentos da regularidade, ao contrário do que aconteceu em 2006, em que uma e outra se degradaram, como o Relatório refere, ao mesmo tempo que permitirá a redução de custos operacionais.

10. As acções e medidas atrás descritas a par da continuação de uma política de recursos humanos, virada para o redimensionamento do efectivo e o aumento da produtividade (menor taxa de absentismo, e redução do trabalho suplementar) entre outros, permitiram a continuação da melhoria dos Resultados do exercício tendo-se verificado uma melhoria de 2,6 milhões de euros e de 4,0 milhões de euros, em termos reais, respectivamente nos Resultados Operacionais e no Resultado Líquido, sendo este de -52,2 milhões de euros.

De referir, que para este Resultado Líquido contribuíram os ganhos em operações de Swap realizadas em 2005 e 2006, no montante de 7,3 milhões de euros, o que permitiu fazer face ao aumento dos custos financeiros resultantes do acréscimo da taxa de juro, a qual entre 31/12/2005 e 31/12/2006 aumentou 49,8%.

O cash-flow de exploração foi, em 2006 de -28,3 milhões de euros, tendo melhorado cerca de 5,2 milhões de euros, em termos reais, em relação ao ano anterior.

Estes foram os factos mais relevantes ocorridos em 2006 o que, sem dúvida, permite fazer uma avaliação positiva da evolução da CARRIS.

A Empresa prosseguiu, assim, no ano em apreciação, o caminho de modernização e de sustentabilidade que iniciou em 2003 e que continuará com firmeza.



2. SERVIÇO PRESTADO

Durante o ano de 2006, os esforços relativamente à oferta centraram-se sobretudo na preparação do projecto de Renovação da Rede de Autocarros, designado por “Rede 7”, cuja 1ª fase veio a concretizar-se no dia 9 de Setembro.

A concretização da 1ª fase da “Rede 7” abrangeu directamente 28 carreiras de autocarros. As mudanças realizadas incidiram sobre o percurso e/ou frequência das carreiras, verificando-se um incremento generalizado, em maior ou menor grau, das frequências das carreiras abrangidas, tendo sido criadas 2 novas carreiras.

Foram, ainda, efectuadas alterações em mais 6 carreiras para manutenção da coerência da rede, deixando de funcionar outras 8 carreiras cujo serviço foi, naturalmente, assegurado por outras carreiras.

Foi, ainda, possível melhorar o serviço em períodos de menor procura – fins de semana e nocturno – em algumas áreas da cidade.

Após a implementação da 1ª fase da “Rede 7”, na sequência do acompanhamento do processo e conforme possibilidade que já havia sido considerada, foram efectuados ajustamentos de carácter pontual, de que se salientam o prolongamento da carreira 759 à Estação do Oriente e a alteração de percurso da carreira 773 via Estrela, para melhoria de acessibilidades naquelas áreas da cidade.



A implementação desta 1ª fase da “Rede 7” foi acompanhada de um vasto conjunto de acções de comunicação com clientes e stakeholders, destacando-se os contactos com as Juntas de Freguesia de Lisboa.

Para além da prestação do serviço de transporte público regular, a CARRIS esteve envolvida em vários eventos que movimentaram grande número de pessoas. São exemplo os festivais de música “Rock in Rio” e “Super Bock Super Rock”, a “Meia Maratona de Lisboa”, a “Meia Maratona Portugal” e o “Lisboa Bike Tour” em que a CARRIS efectuou o transporte dos atletas para os locais de partida, tendo, ainda, sido apoiados outros eventos de carácter sócio-desportivo como o “Walk the World” e a “Corrida da Mulher”.

2.1. REDE

A rede de serviço público registou em 2006 um ligeiro decréscimo na rede de autocarros, no que se refere ao comprimento total das carreiras. Este decréscimo ficou a dever-se, essencialmente, à reestruturação operada em Setembro, com a entrada em exploração da primeira fase da “Rede 7”.

REDE DE SERVIÇO PÚBLICO EM 31/12/2006

Características	Auto	Elect.	TOTAL
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	1 751	60	1 812
Extensão da Rede (via simples - km)	662	48	670
Nº de Carreiras	88	5	93
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	20,4	12,1	19,9

Durante o ano efectuaram-se diversas alterações nas carreiras da rede da CARRIS, com vista à melhoria da oferta e que a seguir se sintetizam:

Fevereiro 2006

- **Carreira 9** – No serviço nocturno o terminal desta carreira passou do Rossio para a Pr. do Comércio.

Maio 2006

- **Carreira 103** – Alteração do percurso na zona do Bairro Madre Deus, tendo passado a circular pela Rua Marquês de Olhão, Rua D. José de Bragança e R. José da Bateira.

- **Carreira 13** – Alteração do percurso na zona da Lapa, tendo passado a circular, no sentido B. Serafina, via Rua Borges Carneiro e Rua Santana à Lapa.

Setembro 2006

- Introdução da primeira fase do projecto de renovação da rede, “Rede 7”, de acordo com o descrito no ponto seguinte.

Outubro 2006

- **Carreira 793** – Alteração do percurso na zona da Bela Vista, com destino a Marvila, tendo passado a servir, directamente, o Centro Comercial local.
- **Carreira 759** – Prolongamento do percurso, dos Olivais Norte, à Estação do Oriente, via Moscardave.
- **Carreira 773** – Alteração de percurso, tendo passado a circular via Rua Buenos Aires, Estrela e Av. Infante Santo.

2.1.1. Rede 7

O processo de renovação da rede, “Rede 7”, iniciou-se em Setembro de 2006, com a entrada em exploração da sua primeira fase. Trata-se de um projecto que pretende otimizar o serviço oferecido, visando melhorar a oferta de serviço nos locais onde a mesma se encontre deficitária, racionalizando-a, onde se justifique, procurando, ainda, adaptar a rede à realidade urbanística e aos pólos de emprego actuais, bem como à realidade da rede do Metropolitano.

A reestruturação da rede desenvolver-se-à, faseadamente, ao longo dos próximos anos, por mais 3 ou 4 fases, associadas às expansões previstas da rede do Metropolitano.

A rede estruturada – “Rede 7” visa a concretização dos seguintes objectivos:

- Adaptar a oferta à evolução da mobilidade na cidade e às alterações no sistema de transportes;
- Segmentar a oferta de acordo com a função de cada uma das carreiras que a compõem;
- Melhorar a articulação e diminuir a sobreposição com a rede do metropolitano, sem prejuízo das necessárias alternativas de transporte à superfície;
- Reforçar a importância das ligações transversais e circulares;

- Manter os actuais níveis de acessibilidade à rede;
- Estabelecer níveis de maior frequência na generalidade das carreiras;
- Oferecer novas ligações a áreas deficitárias da cidade;
- Melhorar a oferta em todos os períodos do dia e do ano.

A “Rede 7” é, pois, uma rede segmentada em três níveis de serviço:

• Rede Estruturante

- Conjunto de carreiras basilares que asseguram uma cobertura esquelética da cidade;
- Oferece níveis de frequência elevados;
- Assegura, essencialmente, a função transporte dos principais fluxos existentes na cidade, estabelecendo uma estreita conexão com os meios pesados (caminho-de-ferro, metropolitano e ligações fluviais).

• Rede Secundária

- Ligações que se considera terem uma importância intermédia entre as redes estruturante e complementar;
- Oferece níveis de frequência elevados, embora de menor intensidade que a Rede Estruturante;
- Função mista de acessibilidade e transporte, interligando as carreiras de cada nível e assegurando, igualmente, algumas ligações aos meios de transporte pesados.

• Rede Complementar

- Características predominantemente locais, permite elevar o grau de cobertura espacial e, consequentemente, dos níveis de acessibilidade, da rede proposta e do sistema de transportes colectivos em geral;
- Estabelece a conexão de áreas mais isoladas e de procura mais reduzida, à rede de nível superior, assegurando, regra geral, rebatimento à rede pesada de transportes, em interfaces ou importantes pólos de geração/atração da procura;
- Oferece níveis de serviço adequados a este tipo de serviço.

A designação de “Rede 7” surge em homenagem às 7 colinas de Lisboa e como alusão aos 7 dias da semana em que funciona. Resulta, ainda, da associação ao cartão “7 Colinas”, cuja utilização pelos clientes menos frequentes permite uma grande flexibilidade nas suas deslocações, nomeadamente, devido à validade temporal da abrangente gama de títulos próprios da CARRIS, ou combinados com o Metropolitano,

que nele podem ser carregados. As carreiras que constituem a “Rede 7” são identificadas por uma numeração iniciada por 7, acrescida de 2 dígitos.

Para facilitar a compreensão destas alterações, por parte dos actuais clientes, a numeração foi constituída pelo dígito 7 seguido do anterior número da carreira que mais se identifica com a carreira da “Rede 7”, salvo no caso das carreiras que tinham já 3 dígitos. Aliás, algumas das actuais carreiras mantiveram os seus trajectos, ou sofreram apenas pequenas alterações.

Também com o objectivo de permitir uma melhor e mais fácil compreensão da rede por parte dos clientes ocasionais, problema muitas vezes referido, todas as carreiras passaram a ser identificadas por cores, as quais indicam a sua área de operação predominante.

A primeira fase da “Rede 7”, iniciada em Setembro, conforme já referido, abrangeu 28 carreiras, a que se adicionaram alterações em mais 7 carreiras, de forma a manter o adequado funcionamento e coerência da rede. Foram substituídas no seu serviço 8 carreiras e foram criadas, ainda, 2 novas carreiras.

2.1.2. Desmaterialização dos bilhetes de viagem (BUC's)

Em simultâneo com o início da 1ª fase da “Rede 7”, o conjunto de 2 viagens que compunham os anteriores BUC's, deixaram de ser vendidos no tradicional suporte de bilhete em papel, passando a ser carregado no cartão “7 Colinas”, sem qualquer alteração de custo. Tratou-se de mais uma medida no âmbito da continuação da implementação do sistema de bilhética electrónica sem contacto.

Esta mudança trouxe aos clientes da CARRIS um benefício evidente, decorrente da nova validade horária destes bilhetes, o que lhes permite a realização de várias viagens durante uma hora, permitindo uma utilização muito flexível da rede de transportes existente na cidade.

Numa fase inicial, durante cerca de 2 meses, a CARRIS ofereceu aos seus clientes o cartão “7 Colinas” onde pode ser efectuado o carregamento com o número de viagens adquiridas, podendo o mesmo ser posteriormente recarregado.

2.1.3. Divulgação da “Rede 7”

Visando criar condições favoráveis para o sucesso da implementação da “Rede 7”, a CARRIS desenvolveu uma forte acção de comunicação interna e externa, dando a conhecer os objectivos, conceitos e particularidades, bem como os novos serviços associados à “Rede 7”.

Deste modo, procedeu-se à apresentação da rede renovada – “Rede 7” – à DGTT e CML, tendo sido entregues a cada uma destas entidades os respectivos processos. Foram ainda objecto de apresentações específicas as Juntas de Freguesia, tendo sido convidadas a totalidade das freguesias existentes em Lisboa. Compareceram 48 freguesias, às quais foram detalhadamente apresentadas as alterações no interior de cada zona de influência. De igual modo, realizaram-se sessões com outros operadores de transporte da AML, bem como com a alta direcção da Empresa e com a Comissão de Trabalhadores.

Foram, ainda, desenvolvidas acções de comunicação com o pessoal tripulante em cada uma das Estações da Empresa.

Outras acções de divulgação foram estabelecidas, nomeadamente:

- Briefings com a Imprensa;
- Reportagens em TV e Rádios;
- Reportagens em jornais;
- “Streetshow” (acções de rua, realizadas num autocarro aberto, com a Banda da CARRIS);
- Distribuição da revista “Rede 7” (publicação explicando todas as alterações na rede) e folhetos explicativos por carreira, distribuídos em diversos pontos da cidade;
- Utilização do “Lisboa Carris” para divulgação e explicação da “Rede 7”.

2.2. OFERTA

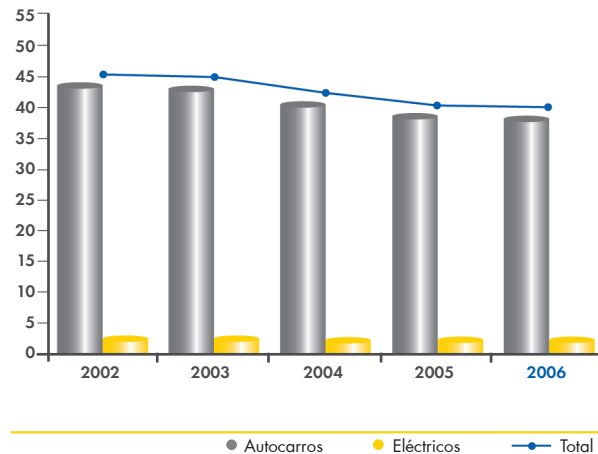
O facto mais relevante, em 2006, no domínio da oferta foi o lançamento da “Rede 7”, em Setembro, conforme atrás referido.

O número de Veículos-km registou uma variação de -0,9% em relação ao ano anterior, resultado do decréscimo de -1,0% na rede de autocarros e de um ligeiro aumento de 1,1% na rede de eléctricos.

A oferta expressa em “Lugares-km” teve evolução semelhante à dos Veículos-km, mas de forma mais acentuada, devido à variação da lotação média na frota de autocarros, onde se verificou uma redução de 90,48 lugares por autocarro em 2005, para 89,50 em 2006. Esta variação deveu-se, essencialmente, à entrada ao serviço de novos autocarros, com menor lotação nominal, em associação com o abate de veículos da frota mais antiga.

Exploração	Veículos - km (10 ³)			Lugares - km (10 ⁶)		
	2006	2005	Δ%	2006	2005	Δ%
Autocarros	37 806	38 195	-1,0	3 384	3 456	-2,1
Eléctricos + Ascensores + Elevadores	1 882	1 862	+1,1	150	149	+0,7
TOTAL	39 688	40 057	-0,9	3 534	3 605	-2,0

• VEÍCULOS-KM (10⁶)



2.3. PROCURA

Manteve-se a redução do número de Passageiros Transportados, na sequência do que se vem verificando desde há anos. No entanto, o decréscimo não foi tão acentuado quanto o verificado anteriormente, tendo-se assistido, em Novembro e Dezembro, a uma estabilização deste indicador.

- No ano de 2006, a quebra de passageiros transportados na rede de Autocarros ascendeu a 2,9%.
- Na rede de eléctricos e apesar da paragem dos ascensores

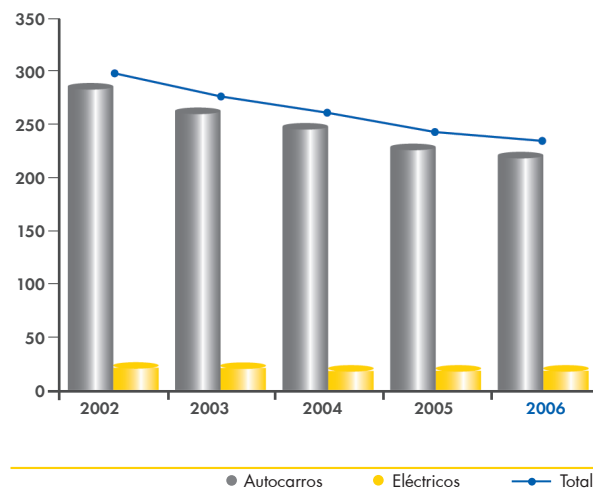
da Glória e do Lavra, devido a causas externas, constatou-se uma recuperação de 3,8% nos passageiros transportados em relação ao ano anterior.

- Da evolução conjugada nas duas redes resultou uma diminuição de 2,4% nos passageiros transportados, quando, em 2005 a perda de passageiros atingiu 6,2%.

Exploração	Passageiros (10 ³)			Passageiros - km (10 ⁶)		
	2006	2005	Δ%	2006	2005	Δ%
Autocarros	216 233	222 774	-2,9	735	757	-2,9
Eléctricos + Ascensores + Elevadores	18 662	17 984	+3,8	41	39	+5,1
TOTAL	234 895	240 758	-2,4	776	796	-2,5

Contrariamente ao acontecido no ano anterior, os passageiros gratuitos e em fraude tiveram um decréscimo de -10,0%, tendo a taxa de gratuitos, contribuído para tal, com um decréscimo de -13,3%, tendo a taxa de fraude evidenciado um ligeiro decréscimo de -1,7%.

• PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (10⁶)



2.4. QUALIDADE DE SERVIÇO

2.4.1. Velocidade Média de Exploração (km/h)

A velocidade comercial dos veículos da Empresa apresentou uma ligeira diminuição de -0,8%, reflexo do que se verificou na rede de autocarros (-1,0%), uma vez que na rede de eléc-

tricos se assistiu a um ligeiro aumento da velocidade comercial (+1,5%), tendo atingido 14,35 km/hora.

	2006	2005	Δ %
Autocarros	14,61	14,76	-1,0
Eléctricos	10,49	10,33	+1,5
TOTAL*	14,35	14,47	-0,8

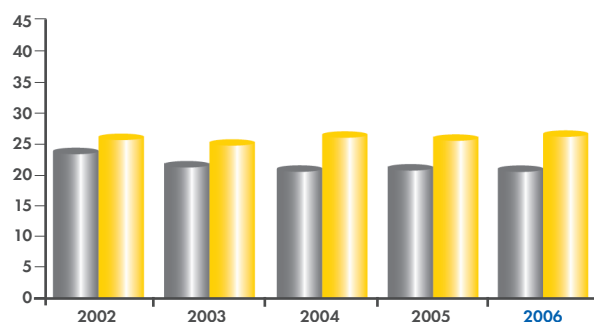
* Não engloba ascensores e elevadores

2.4.2. Taxa de Ocupação

A Taxa de Ocupação global diminuiu ligeiramente relativamente a 2005, devido à redução da procura em autocarros, embora se tenha verificado um aumento significativo desta taxa em eléctricos, em resultado de um aumento da procura nesta rede.

	2006	2005	Δ %
Autocarros	21,73	21,92	-0,87
Eléctricos + Ascensores + Elevadores	26,96	26,05	+3,49
TOTAL	21,95	22,05	-0,45

• TAXA DE OCUPAÇÃO (%)



2.4.3. Taxa de Acidentes

A taxa de acidentes evidenciou, em 2006, uma melhoria face ao ano anterior, consequência da evolução positiva verificada na rede de eléctricos.

• TAXA DE ACIDENTES

(por milhão de km)

	2006	2005	Δ %
Autocarros	48,92	45,18	+8,3
Eléctricos	104,97	133,65	-21,5
TOTAL	51,58	49,30	+4,6

2.4.4. Regularidade

Como indicador indirecto da regularidade do serviço continua a utilizar-se “o número de quilómetros perdidos, por engarrafamentos e outros problemas de trânsito, por milhar de km percorridos”.

Este indicador evidenciou uma tendência positiva constatando-se diminuições significativas, quer para a rede de autocarros quer para a rede de eléctricos, sendo que globalmente o decréscimo foi de 54,2%.

Esta redução reflecte o esforço que vem sendo efectuado, ao nível das equipas dos vigilantes dos corredores, ao nível da instalação de pilaretes de protecção contra o estacionamento desordenado e aos trabalhos de pinturas/repinturas de corredores, reflectindo acções de cooperação desenvolvidas entre a CARRIS e a Câmara Municipal de Lisboa.

(número de km perdidos por milhar de km percorridos)

	2006	2005	Δ %
Engarrafamentos			
Autocarros	2,1	4,7	-55,3
Eléctricos	3,3	6,7	-50,7
TOTAL	2,2	4,8	-54,2

2.4.5. Fiscalização Comercial

Durante o ano de 2006, mais concretamente, desde Agosto, procedeu-se ao reforço da Fiscalização Comercial, através da introdução do Outsourcing de parte desta actividade. Deste modo, para além das equipas de Fiscalização internas, passaram a existir outras equipas, com pessoal externo, devidamente ajuramentado, alargando o número de acções de fiscalização e prevenção da fraude.

2.4.6. Certificação de Carreiras

No âmbito do processo de melhoria contínua da Qualidade do serviço prestado, em 2006, foram certificadas as primeiras 4 carreiras da rede da CARRIS (3 de autocarros e 1 de eléctricos: 56, 60, 86 e 15E) no âmbito da NP EN 13816 : 2003, na sequência dos trabalhos desenvolvidos ao longo de 2005.

Neste sentido, foram identificadas, no início de 2006, mais 18 carreiras (5, 16, 17, 24, 37, 47, 48, 76, 81, 708, 718, 723, 726, 729, 738, 751, 755, 759), tendo sido desenvolvidas as acções necessárias, ao longo do ano, o que permitiu, no final deste ano, a solicitação à Certif da respectiva certificação, o que será concretizado no início de 2007.

2.5. TARIFÁRIO

2.5.1. Sistema Tarifário

Em 2006 verificaram-se duas revisões tarifárias:

- a revisão tarifária anual, que entrou em vigor a 1 de Janeiro com um aumento médio de preços de 2,3%;
- uma revisão intercalar de preços, a 1 de Julho, que se traduziu num aumento médio de 2,3%, no cumprimento da legislação que prevê a indexação das tarifas à variação do preço dos combustíveis.

O aumento de preços resultante das duas revisões tarifárias foi de 4,7% com a seguinte desagregação por título de transporte:

AUMENTO DE TARIFAS EM 2006

	Passes	Pré-comp.	Bilhetes	Global
Janeiro	2,3%	3,4%	1,2%	2,3%
Julho	2,6%	0%	1,1%	2,3%
Janeiro + Julho	5,0%	3,4%	2,3%	4,7%

O aumento médio anual de preços decorrentes das duas revisões tarifárias foi de 3,6%, assim distribuído por título de transporte:

• Passes	3,7%
• Pré-comprados (BUC)	3,4%
• Bilhetes	2,1%

2.5.2. Análise da Procura e

Receita por título de transporte pago

Em 2006 as receitas de exploração atingiram 73,1 milhões de euros o que se traduz num acréscimo de 0,5%, em termos reais, relativamente a 2005, como se pode verificar a partir dos valores do quadro:

RECEITAS (LIQ.) POR TÍTULO DE TRANSPORTE (euros de 2006) (milhares de euros)

	2006	2005	VAR %
Passes	48.422	48.038	+0,8
P-Comprados	11.138	12.828	-13,2
Bilhetes	13.524	11.838	+14,2
TOTAL	73.084	72.704	+0,5

Verificou-se, assim, que as receitas directas cresceram em termos reais (+0,5%), não obstante o decréscimo de 2% verificado nos passageiros com título de transporte pago.

PASSAGEIROS COM TTP (10³)

	2006	2005	VAR %
Passes	192.267	197.391	-2,6
P-Comprados	17.330	18.936	-8,5
Bilhetes	16.768	14.753	+13,7
TOTAL	226.365	231.080	-2,0

Da análise da distribuição de passageiros por título de transporte verifica-se que o decréscimo global de 2% se deve fundamentalmente à quebra de passageiros com passe e pré-comprado, já que os bilhetes registaram um acréscimo acentuado.

A quebra de passageiros com passe deve-se, sobretudo, ao decréscimo das vendas de passes (-165,8 mil passes vendidos), tendo-se verificado a seguinte desagregação por grupo de passes.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS POR GRUPO DE PASSES (quantidades)

	2006	2005	VAR %
INTERMODAIS*	3.133.074	3.317.190	-5,6
COMBINADOS	599.400	609.974	-1,7
PRÓPRIOS	413.840	393.056	+5,3
Carris Urbano/Carris Lisboa	367.339	343.641	+6,9
Carris Rede/Passes Carris	46.501	49.415	-5,9
TOTAL	4.146.314	4.320.220	-4,0

* Excluem-se as vendas dos passes 12, 123 e 23 por não terem repercussão ao nível das receitas da Carris

A quebra na venda dos Passes é particularmente significativa nos Intermodais, decorrendo de:

- Transferências para os passes Próprios da CARRIS, mais precisamente para o passe Carris Urbano que tem vindo a registar um contínuo acréscimo de vendas. A quebra que se regista no passe CARRIS Rede resulta de transferências para o passe CARRIS/Metro Rede, único passe do grupo dos Intermodais a apresentar um acréscimo de vendas.

- Transferências para os passes Próprios e Combinados do Metro, resultando da expansão do Metro e da continuidade da política de complementaridade de serviço que tem vindo a ser seguida pelos dois operadores, e que foi reforçada com o lançamento da "Rede 7" da CARRIS.

- Existência de fraude significativa e de difícil quantificação e detecção, particularmente decorrente da prática de carregamentos de passes sem qualquer sistema de controlo por parte dos Operadores que não têm ainda o seu sistema de bilhética implementado.

O decréscimo da receita corrente de Bilhetes pré-comprados (-13,2%) está associado à perda de procura (-8,5%) que decorre de:

- Desmaterialização dos bilhetes pré-comprados, substituídos pelo bilhete 1 Zona em suporte 7 colinas, que deixou de ser tarifado à viagem e passou a bilhete horário, permitindo realizar várias viagens com o mesmo bilhete.

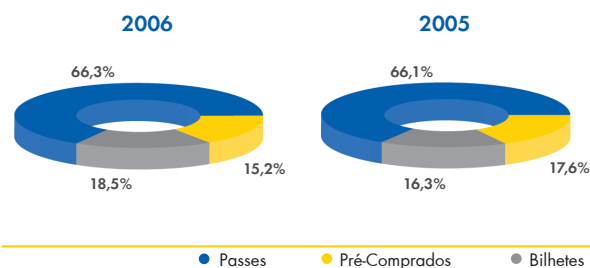
- Incremento das vendas dos bilhetes electrónicos, já existentes, exclusivos da CARRIS e combinados com o Metro.

- Continuidade do acréscimo de vendas do Bilhete de tarifa de bordo, que se mantém uma alternativa económica para clientes esporádicos que pretendam efectuar viagens que incluam percursos urbanos e suburbanos.

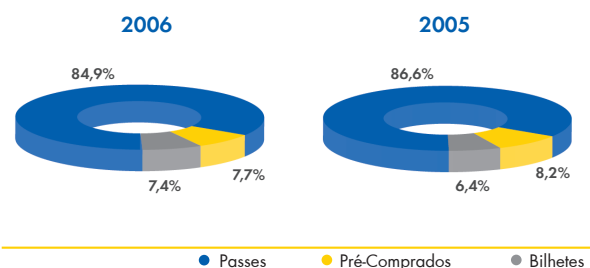
A receita corrente de Bilhetes registou um acréscimo de 14,2% o que está em consonância com o acréscimo de procura verificado (13,7%) e que se deve:

- Ao acréscimo de 6,3% nas vendas da tarifa de bordo.
- Ao incremento das vendas dos bilhetes electrónicos exclusivos da CARRIS e combinados.

RECEITAS DIRECTAS DE EXPLORAÇÃO



PASSEIROS COM TÍTULO DE TRANSPORTE PAGO



2.5.3. Bilhética

No âmbito da implementação integral do sistema de bilhética na CARRIS foi concretizada, a 9 de Setembro, a desmaterialização do bilhete pré-comprado, designado por BUC, que deixou de ser em suporte de papel. Em sua substituição foi criado um novo bilhete electrónico em suporte "7 Colinas" – Bilhete 1 Zona – com o mesmo preço do BUC (0,75 €) mas com validade horária, o que permite realizar várias viagens com o mesmo bilhete sem penalização tarifária.

Uma unidade é válida para efectuar viagens na Zona urbana ou Zona suburbana durante 1 hora, contada entre a primeira e a última validação. Duas unidades são válidas para viagens cujo percurso inclua as 2 Zonas (urbana+suburbana), durante 2 horas contadas a partir da primeira validação.

O novo “Bilhete 1 Zona” pode ser vendido em qualquer quantidade, no mínimo de duas unidades, ou seja, ao preço de 1,50 € (2x0,75 €). A aquisição de uma quantidade igual ou superior a 5 unidades beneficia de desconto. Na primeira aquisição ao custo dos bilhetes acresce o custo do cartão “7 Colinas” (0,50 €), desde que o cliente não disponha ainda deste suporte.



Como forma de promoção do novo bilhete, entre 9 de Setembro e 31 de Outubro, o cartão “7 Colinas” foi oferecido a todos os clientes que adquiriram o novo “Bilhete 1 Zona”.

A versatilidade na utilização deste novo bilhete permitiu ainda minimizar a penalização tarifária de uma franja de clientes esporádicos que, com a entrada em funcionamento da “Rede 7”, ficaram sujeitos a transbordos.

Esta importante medida, para além de prosseguir a implementação do sistema de bilhética sem contacto, na CARRIS, permitiu introduzir uma maior flexibilidade na utilização da rede da CARRIS, de que são beneficiários os clientes da Empresa.

• Vendas de passes em ATM

A CARRIS, no âmbito da OTLIS – Operadores de Transporte da Região de Lisboa, e em parceria com a SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços) e com a LINK – Consulting, participou, activamente, em parceria com o Metropolitano de Lisboa, no projecto de venda de títulos de transporte desmaterializados nos terminais Caixa Multibanco (ATM).

A venda de títulos neste novo canal foi implementada a 15 de Março de 2006, sendo possível recarregar no cartão Lisboa Viva todos os passes que já se encontram desmaterializados (passes próprios da CARRIS e do Metro e também os passes combinados CARRIS/Metro nas diferentes modalidades).

Em 2006 foram carregados nos terminais Multibanco 37 638 títulos de transporte, no valor de 884,4 mil euros, correspondendo a uma receita bruta para a CARRIS de cerca de 694,2 mil euros e de 190,2 mil euros para o Metro.

Para o ano de 2007 está previsto o alargamento do catálogo de títulos disponíveis para venda nos terminais Caixa Multibanco aos Operadores Transtejo e CP – Lisboa, de que muito beneficiarão os clientes do sistema de transportes da AML, pela acrescida facilidade de aquisição dos respectivos passes.

2.6. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Na sequência da certificação global da Empresa iniciou-se, em 2006, o processo de certificação do serviço prestado, tendo sido certificadas as primeiras 4 carreiras. Esta acção, pioneira ao nível de operadores de transportes rodoviários de passageiros foi alvo de uma campanha de informação e divulgação, tanto ao nível interno como externo. Foi ainda apresentado no final do ano, o processo de certificação de mais 18 carreiras.

A entrada em funcionamento da “Rede 7” e o lançamento simultâneo dos BUC’s em suporte electrónico “7 Colinas”, a 9 de Setembro, foram alvo de intensas acções de informação ao mercado.

Destas acções destacam-se:

- distribuição de 500 000 exemplares da revista “Rede 7” através de vários canais, nomeadamente a rede de vendas da CARRIS e os jornais Expresso, Correio da Manhã e Destak;
- Distribuição de 250 000 folhetos específicos do lançamento do bilhete 1 zona em suporte 7 Colinas, em substituição do Pré-comprado, distribuídos em Campanhas de rua “Street Show” e na rede de vendas;
- Distribuição gratuita de 10 000 cartões 7 Colinas com 2 bilhetes de 1 zona no âmbito da Campanha “Experimente a Carris”;
- Substituição das placas de paragem e de toda a informação afixada nos abrigos, plantas e horários, em cerca de 2200 paragens.

Dando continuidade à colecção de folhetos turísticos dos Eléctricos procedeu-se ao lançamento do folheto da carreira 18 de eléctricos, completando-se a colecção das cinco carreiras existentes que passam a dispor de um meio de divulgação e promoção da vertente turística deste transporte.

No âmbito do projecto de implantação de painéis electrónicos de informação em tempo real, procedeu-se ao acompanhamento da finalização da colocação de 150 painéis da 3ª fase, bem como da transição dos painéis da 1ª e 2ª fases para unidades de energia permanente, processo que decorreu ao longo de todo o ano.

No seguimento da parceria de âmbito cultural estabelecido entre a CARRIS e o IPPAR, a CARRIS concebeu e organizou

uma exposição sob o Tema “A Carris na História da Cidade” que decorreu no Panteão Nacional, entre 18 de Maio e 31 de Agosto e que pretendeu apresentar a evolução cronológica do importante papel que a CARRIS desempenhou na modernização da cidade de Lisboa.

Em parceria com o Metropolitano de Lisboa foram lançadas duas campanhas de Bairro – Laranjeiras e Lumiar – com distribuição tipo Correio Contacto/Info Mail de uma planta da zona e um bilhete CARRIS Metro urbano em suporte 7 colinas. Ao mesmo tempo, e numa promoção em tudo semelhante, a CARRIS lançou as suas plantas dos Bairros de Campo de Ourique e Algés.

Ainda em estreita colaboração com o Metropolitano de Lisboa, foi efectuada uma campanha ao longo do ano para a renovação faseada dos Cartões Lisboa Viva emitidos pelo Metro.

A CARRIS colaborou, também, com a Otis no lançamento da campanha para divulgação dos carregamentos de passes desmaterializados nos terminais Multibanco, com o objectivo de potenciar este novo canal de vendas.



3. RECURSOS HUMANOS

3.1. ORIENTAÇÕES GLOBAIS

Em 2006, e na sequência dos objectivos traçados para o triénio 2006 - 2008, a gestão de recursos humanos foi dirigida pelo processo de reestruturação da Empresa, de forma a atingir as metas definidas, particularmente nos seguintes domínios:

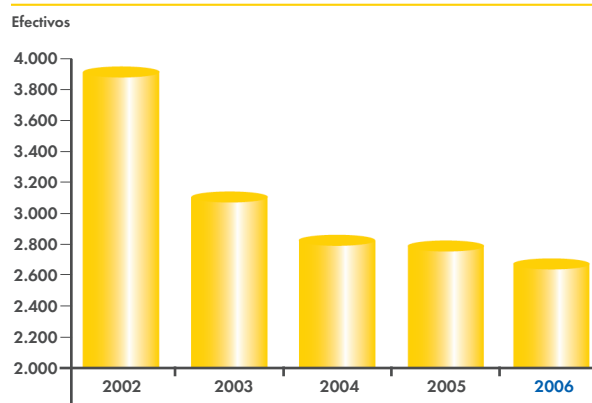
- Continuação e consolidação da redução programada do efectivo no universo não tripulante;
- Aumento da produtividade e redução do absentismo bem como do trabalho suplementar;
- Consolidação das alterações de procedimentos decorrentes de obrigações contratuais como contributo para minimizar custos com pessoal;
- Colaboração para a consolidação e conservação da Certificação da Empresa.

Foram também mantidas linhas de orientação de anos anteriores, designadamente:

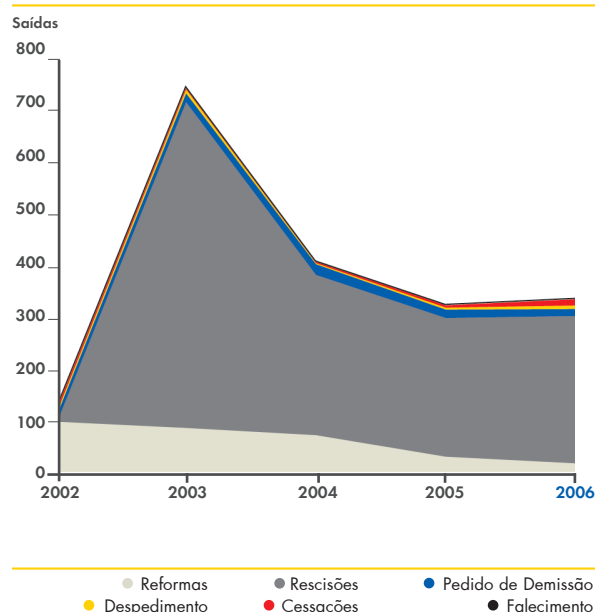
- Desenvolvimento de acções de Formação Profissional visando a optimização dos recursos humanos e a melhoria das suas competências profissionais, em sintonia com os projectos de modernização da frota e de reconversão tecnológica que a Empresa vem desenvolvendo, contribuindo também, para uma maior qualidade dos serviços prestados e para uma nova imagem da Empresa;
- Cumprimento das obrigações contratuais e legais, nomeadamente no âmbito das Medicinas, Curativa e Preventiva;
- Optimização das admissões na Empresa e sua concretização dirigida para pessoal tripulante.

3.2. EVOLUÇÃO DE PESSOAL

Durante o ano de 2006 verificou-se novamente um decréscimo sensível no quantitativo de efectivos com vínculo à Empresa, em linha com os objectivos definidos no processo de reestruturação da Empresa, que se iniciou em 2003.



A evolução anteriormente apresentada é consequência do incremento de saídas concretizadas a partir de 2003, tendo em conta as necessidades de reestruturação da Empresa, as quais se alcançaram através, fundamentalmente, de justificadas e oportunas rescisões por mútuo acordo:



Em 31 de Dezembro de 2006 o número de trabalhadores era de 2.681, verificando-se um decréscimo de 3,8% (-106 trabalhadores) face à data homóloga do ano anterior.

EFFECTIVOS EM 31 DE DEZEMBRO

Grupos Funcionais	2006	2005	Δ%
Pessoal de Tráfego (1)	1.977	1.914	+3,3
Pessoal Oficial (1)	257	381	-32,5
Restante Pessoal	447	492	-9,1
TOTAL	2.681	2.787	-3,8

(1) Não inclui chefias superiores ou quadros superiores

A redução apresentada resultou da significativa diminuição de 124 unidades no pessoal oficial (-32,5%) e da sensível diminuição de 45 unidades no universo de restante pessoal (-9,1%), tendo-se verificado um moderado acréscimo do pessoal de tráfego.

O ratio Tripulantes na Função/Efectivo Total verificado a 31 de Dezembro (65,8%) aumentou 2,2 pontos percentuais relativamente ao momento homólogo do ano anterior.

É de referir diminuições, quer da idade média (-1,31 anos), quer da antiguidade média (-1,42 anos), registadas a 31 de Dezembro e relativamente ao ano anterior, as quais resultam da significativa rotação de efectivos concretizada. Os valores observados são, respectivamente, de 41,8 e 15,3 anos.

Efectuaram-se 242 admissões (-15 unidades que no ano anterior), tendo sido todo este esforço direccionado para as funções de tripulante. Em resultado desta acção, foram entregues ao tráfego, aptos para a função, 211 novos tripulantes (199 motoristas e 12 guarda-freios), o que representa um



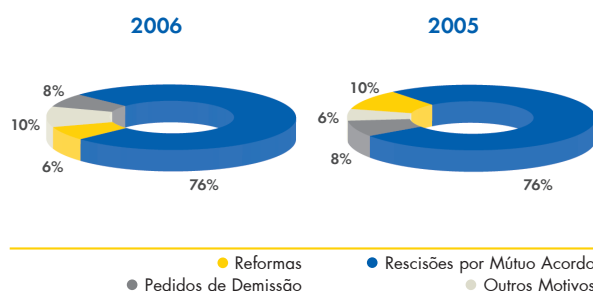
decréscimo de 24,6% sobre o verificado no ano anterior. No entanto, o quantitativo de novos tripulantes fornecidos ao tráfego superou o que havia sido planeado para o período, 169 unidades, em resultado duma erosão muito superior à prevista, consequência das alterações ocorridas no enquadramento legal relativo a Reformas Antecipadas e Subsídio de Desemprego. Não obstante, o acréscimo referido não conseguiu compensar as necessidades, o que determinou alguns constrangimentos à prestação do serviço.

Quanto ao volume de saídas da Empresa (348 unidades), verificou-se um acréscimo de 19 unidades (5,8%) relativamente ao ano anterior, o qual resultou essencialmente do aumento das saídas por rescisão por mútuo acordo, as quais se haviam planeado em 120 unidades, tendo mais que duplicado, o número de rescisões (263). É de salientar ainda, a continuidade na tendência de diminuição sensível de saídas por reformas e inversamente o aumento de saídas por cessações de contrato e demissões.

SAÍDAS DE PESSOAL

Motivos	2006	2005
Reformas	21	33
Por Invalidez	13	11
Por Limite de Idade	8	18
Antecipadas	0	4
Rescisões por Mútuo Acordo	263	250
Pedidos de Demissão	28	27
Outros Motivos	36	19
Demissões	14	10
Cessações de Contrato	20	5
Falecimentos	2	4
TOTAL	348	329

SAÍDAS DE PESSOAL

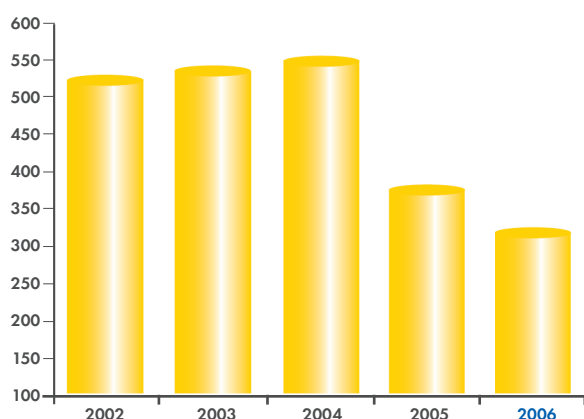


3.3. TRABALHO SUPLEMENTAR

Em 2006 constatou-se novamente uma redução significativa do volume de trabalho suplementar registado.

• HORAS DE TRABALHO SUPLEMENTAR

Milhares de Horas



• HORAS SUPLEMENTARES*

Indicadores	2006	2005	Δ %
Total de Horas	316.867	377.367	-16,0
Valor (Milhar de Euros)	2.775	3.253	-14,7

* Não inclui prestação de trabalho em dia feriado.

O significativo decréscimo no registo do trabalho suplementar, realizado em 2006, é resultante da continuidade das orientações previamente definidas, face à necessidade imperiosa da sua redução, tendo em consideração exigências legais, de qualidade e de segurança do serviço prestado.

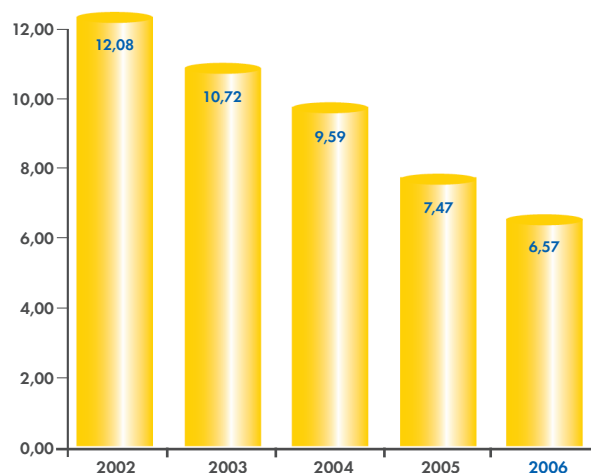
Esta diminuição ascendeu a 60.500 horas, o que representou uma redução de 0,6 milhões de euros, em custos com pessoal.

3.4. ABSENTISMO

Durante o ano de 2006 verificou-se novamente um decréscimo sensível na Taxa de Absentismo Global, na sequência das orientações que vêm sendo concretizadas desde 2003, introduzindo maior rigor e exigência na Empresa e tendo em

conta os requisitos da manutenção da Certificação da Qualidade da CARRIS.

• ABSENTISMO GLOBAL (%)



A taxa de absentismo registada em 2006 relativamente ao ano anterior, teve um sensível decréscimo absoluto de 0,9 pontos percentuais (-12,0%), em resultado das diminuições verificadas em todas as suas componentes. Realça-se a tendência consolidada de diminuição do absentismo por doença e a diminuição de 42,3% nos acidentes de trabalho.

• TAXA DE ABSENTISMO (%)

Motivo	2006	2005	Δ %
Doença	3,00	3,26	-8,0
Acidentes de Trabalho	0,45	0,78	-42,3
Faltas Justificadas	2,34	2,57	-8,9
Faltas Injustificadas	0,78	0,86	-9,3
TOTAL	6,57	7,47	-12,0

3.5. FORMAÇÃO

Em 2006, receberam formação assistida 1.521 trabalhadores, sendo de 102.372 horas o tempo de formação recebida. Estes registos traduzem uma redução sensível da actividade, quer pelo lado da diminuição do efectivo não tripulante, em especial o de manutenção, quer por menor actividade na

formação contínua dirigida ao pessoal de tráfego. No entanto o indicador Taxa de Formação, o qual traduz o esforço per capita efectivamente desenvolvido neste domínio, regista um acréscimo de 20% relativamente ao ano anterior.

FORMAÇÃO REALIZADA

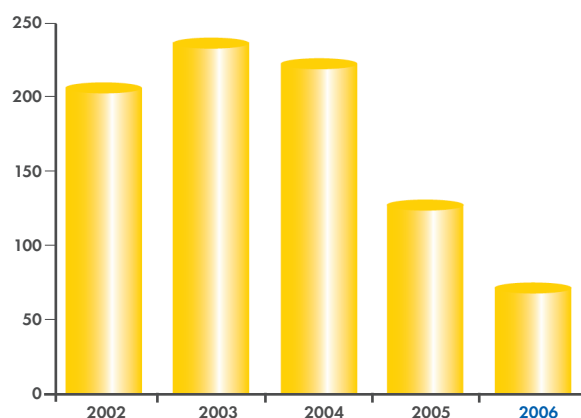
Indicadores	2006	2005	Δ%
Número de Horas de Participantes (milhares)	120,4	120,5	-15,0
Número de Trabalhadores Abrangidos	1.521	2.162	-29,6



3.6. ACIDENTES DE TRABALHO

Registou-se em 2006 uma diminuição significativa no quantitativo de ocorrências configuradas como acidentes de trabalho, confirmando a tendência de redução iniciada em 2004 e que está em conformidade com as necessidades de melhoria contínua e sustentada requerida pela Certificação da Qualidade:

Nº de Acidentes



ACIDENTES DE TRABALHO

Indicadores	2006	2005	Δ%
Número de Acidentes	70	124	-43,65
Índice de Frequência	13,87	20,67	-32,90
Índice de Gravidade	0,59	0,98	-39,74
Dias Perdidos	2.944	5.036	-41,54

Em 2006 registaram-se 70 acidentes de trabalho, o que em termos absolutos representa um decréscimo expressivo de 43,65% relativamente ao ano anterior. Consequentemente, os restantes indicadores beneficiaram de evolução positiva da mesma ordem de grandeza. Deve salientar-se que a melhoria constatada resultou das alterações introduzidas no acompanhamento das ocorrências, das respectivas análises e na sua comunicação, em articulação com os prestadores de serviços neste âmbito, acções que se reforçaram muito especialmente desde 2005 e cujos resultados são relevantes.

4. RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

4.1. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

4.1.1. Situação Geral

Durante o ano de 2006, com a recepção de 133 novos autocarros Standard a Empresa concluiu o projecto de aquisição de 408 autocarros, projecto que se iniciou em 2003.

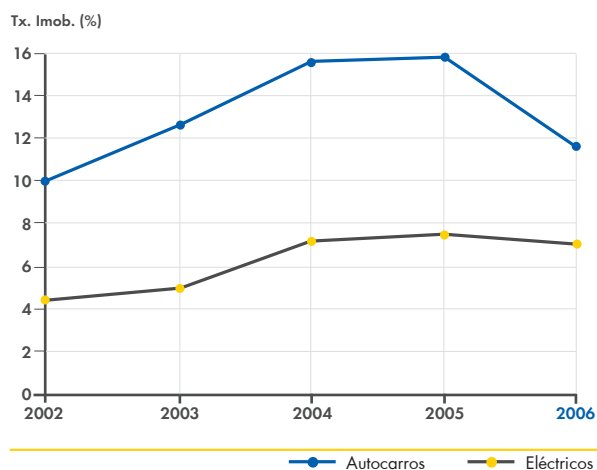
Foi abatida toda a frota de Médios e o balanço global traduz-se numa diminuição de 27 veículos relativamente ao ano de 2005.

FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

Tipo	31.12.2006	31.12.2005	Diferença
Autocarros	758	785	-27
Standard	628	616	12
Médios		39	-39
Minis	40	40	0
Articulados	90	90	0
Eléctricos	58	58	0
Ligeiros (Automatizados)	8	8	0
Remodelados	40	40	0
Articulados	10	10	0
Ascensores + Elevadores	8	8	0
TOTAL	824	851	-27

4.1.2. Taxa de Imobilização (%)

TAXA DE IMOBILIZAÇÃO



Verificou-se um decréscimo da Taxa de Imobilização, principalmente na Unidade de Negócios de Autocarros, por efeito da aquisição de frota e dos abates efectuados nos segmentos mais antigos, nomeadamente a tipologia Médios.

Frota	2006	2005	Δ %
Autocarros	11,8	15,9	-25,8
Eléctricos + Ascensores + Elevadores	7,1	7,5	-5,3

4.1.3. Grande Manutenção da Frota de Serviço Público

Os indicadores da actividade da grande manutenção da frota de autocarros e respectivos órgãos mecânicos, traduzem um decréscimo do volume face ao ano anterior, excepto no que se refere a reparações comerciais, que reflectem as necessidades de reparação verificadas, consequência entre outros da renovação da frota que se concluiu neste ano. A redução da actividade foi acompanhada por ajustamentos organizacionais na Unidade de Negócios de Manutenção e pela redução do quantitativo do seu quadro de pessoal em 23 pessoas relativamente ao ano transacto.

4.1.4. Grande Reparação da Frota de Autocarros

GRANDE REPARAÇÃO DA FROTA DE AUTOCARROS

Indicadores	2006	2005
Reparações Comerciais Concluídas	30	24
Reparações Pontuais e de Abalroamentos	134	179
Nº Médio de Veículos em Imobilização Simultânea	17,1	17,5
Reparações de Grandes Órgãos Mecânicos:		
Motores	32	49
Caixas de Velocidades	84	130
Inspeções (60.000 km)	121	45*

* A partir do 2º Sem..

4.1.5. Frota de Eléctricos

Dos indicadores de actividade relativa à grande manutenção da frota de carros eléctricos salienta-se o significativo acréscimo do volume de reparações de avarias e de abalroamentos, comparativamente com o ano de 2005.

Em 2006 verificou-se a imobilização dos Ascensores da Glória (desde Abril) e do Lavra (desde Setembro), por motivo de obras de reabilitação do túnel do Rossio e do colapso parcial de um edifício situado na Calçada do Lavra, respectivamente.

Tendo em conta a significativa redução de pessoal, verificada ao longo dos dois últimos anos, foi intensificado o recurso à externalização das actividades ligadas a manutenção e reparação. Assim, e no que se refere aos Ascensores e Elevadores, assinala-se a assinatura de um contrato para a prestação de serviços de manutenção para este conjunto de equipamentos.

No quadro abaixo indicam-se os principais números que traduzem o nível da actividade de grande manutenção da frota de Carros Eléctricos.

GRANDE REPARAÇÃO DA FROTA DE ELÉCTRICOS

Indicadores	2006	2005
Reparações Gerais/Intermédias	0	2
Beneficiações Comerciais	0	14
Beneficiações Técnicas	21	24
Reparações Gerais/Intermédias(Elev. - Ascensores)	0	2
Reparações de Avarias e de Abalroamentos	380	265
Reparações de Órgãos Rotáveis		
Motores de Tracção Siemens/Skoda	75	51
Motores de Tracção Antigos	4	2
Motores dos Compressores	57	74
Compressores	59	69
Nº Médio de Veículos em Imobilização Simultânea	4,7	4,3

4.2. INFRA-ESTRUTURAS

4.2.1. Tracção Eléctrica

Em 2006 foi concluída a empreitada de desvio das grelhas de ventilação da subestação da Praça da Figueira, permitin-

do assim a recuperação desta subestação que se encontra desactivada desde a inundação que ocorreu em 2001. Esta subestação foi substituída, de forma provisória, pela subestação móvel que se encontra instalada no Campo das Cebolas.

A manutenção preventiva e curativa das subestações de tracção, dos postos de transformação e de seccionamento e das unidades de rectificação dos Ascensores e Elevador de Santa Justa, foi subcontratada a partir de Outubro.

Na rede aérea foram substituídos 1.294 m de fio de contacto.

Foi automatizada a agulha de via do Largo do Camões, melhorando consideravelmente as condições de segurança nas manobras de inversão.

Em virtude da baixa fiabilidade da alimentação de energia eléctrica que nos é disponibilizada pela EDP no Elevador de Santa Justa, foi estabelecida uma alimentação alternativa a partir da nossa rede de tracção.

4.2.2. Linha

Para manutenção das condições de circulação na via-férrea foram efectuados, durante o ano de 2006, os seguintes trabalhos:

- Substituição de 46 m de linha na Rua da Conceição;
- Substituição de 16 m de linha na Rua da Palma;
- Substituição de 18 m linha na Rua de Santa Luzia;
- Substituição de 22 m de linha no Largo do Corpo Santo;
- Substituição de 18 m linha na Calçada de S. Francisco;
- Substituição de 1 conjunto de agulhas na Calçada da Boa Hora;
- Substituição de 1 conjunto de agulhas na Travessa de S. Tomé;
- Substituição de 1 conjunto de agulhas na Rua Bernardino Costa.

No que se refere à conservação da via-férrea, foram feitos trabalhos de recuperação de vários troços de linha, com reperfilagem por soldadura e limagem numa extensão de 400 metros de carril e em várias agulhas da rede. Estas intervenções tiveram por objectivo permitir o prolongamento da vida útil do carril e das agulhas de via, mantendo as condições de operacionalidade e segurança da infra-estrutura.

4.3. APROVISIONAMENTO

As existências em 31 de Dezembro de 2006 apresentam um acréscimo, em termos reais, de 1,93% relativamente a 2005. A redução verificada no conjunto de rubricas designado por *Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes* permitiu fazer face aos acréscimos verificados nos outros elementos, nomeadamente resultantes da aquisição de novos segmentos de frota.

Rubricas	Existências em 31.12 (euros de 2006)		
	2006	2005	VAR. (%)
Peças e Acessórios Eléctricos	591.538	595.132	-0,60
Peças e Acessórios Autocarros	367.930	348.665	5,53
Outro Material (sem Bilhetes e Senhas)	844.923	786.945	7,37
Sub-Total	1.804.391	1.730.742	4,26
Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes	306.327	340.037	-9,91
TOTAL	2.110.718	2.070.779	1,93

4.3.1. Stock Médio

Numa análise à evolução do stock médio total, regista-se uma redução de 2,4%, não obstante o acréscimo de 9,1% no stock médio dos combustíveis.

De salientar, ainda, que a rubrica de *Peças e Acessórios para Autocarros*, que de alguns anos a esta data vinha a registar gradual redução de existências médias, viu esta tendência alterar-se em 2006, muito por causa do custo das peças de substituição para os segmentos da nova frota de autocarros que, de um modo geral, são significativamente mais elevados que os dos segmentos que veio substituir.

Na análise aos custos totais verificamos que o acréscimo dos custos totais em 6,26%, resultou do efeito do acréscimo dos combustíveis e lubrificantes em 8,91% visto que foi possível reduzir todas as restantes rubricas dos consumos.

4.3.2. Índice de Rotação

Não obstante a redução generalizada dos índices, em particular nas rubricas *Peças e Acessórios para Autocarros* e em *Outro Material*, o índice global aumentou 8,91%.

4.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

4.4.1. Instalações da Informática no Complexo de Mirafloras

Na sequência da instalação, no Complexo de Mirafloras, de novas instalações para a Informática e da consequente transferência dos sistemas albergados no datacenter de Santo Amaro, foi reforçada a capacidade de alimentação eléctrica e melhorado o sistema de alimentação de recurso com inclusão do datacenter no grupo de instalações a serem socorridas pelo grupo gerador de emergência (diesel).

4.4.2. Projecto de Emissão de Facturas por Via Electrónica

Foram criadas as especificações funcionais e selecção de um fornecedor, com o objectivo de dotar a empresa da capacidade de emissão de facturação por via electrónica, bem como, receber e processar, este tipo de facturas a partir de fornecedores seleccionados.

Rubricas	Stock Médio Activo (euros de 2006)			Custos Totais (euros de 2006)			Índice de Rotação		
	2006	2005	VAR. (%)	2006	2005	VAR. (%)	2006	2005	VAR. (%)
Peças e Acessórios Eléctricos	599.399	649.309	-7,69	203.999	224.577	-9,16	0,34	0,35	-2,86
Peças e Acessórios Autocarros	368.181	351.344	4,79	1.839.945	1.966.922	-6,46	5,00	5,60	-10,71
Outro Material (sem Bilhetes e Senhas)	799.437	847.109	-5,63	774.153	884.927	-12,52	0,97	1,04	-6,73
Sub-Total	1.767.017	1.847.762	-4,37	2.818.097	3.076.426	-8,40	1,59	1,66	-4,21
Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes	337.704	309.486	9,12	18.539.820	17.023.801	8,91	54,90	55,01	-0,20
TOTAL	2.104.721	2.157.248	-2,43	21.357.917	20.100.227	6,26	10,15	9,32	8,91

A concretização deste projecto vai decorrer em 2007.

4.4.3. Projecto de Equipamentos de Vendas a Bordo

Foram criadas as especificações técnicas e funcionais do caderno de encargos para lançamento de um concurso público internacional para a aquisição de um sistema de venda de títulos de transporte a bordo dos veículos e de prestação de contas dos tripulantes.

Este projecto foi adjudicado ainda em 2006 e será implementado durante o ano de 2007.

4.4.4. Acessos Remotos – VPN

Foi desenvolvido um projecto de ligação de 13 Postos de Venda ao sistema central de bilhética, utilizando túneis com encriptação IPSec, através da Internet e suportados em Linhas ADSL. Este projecto foi concluído com sucesso no final do 3º trimestre, permitindo abandonar as anteriores ligações sobre RDIS. Para 2007 está prevista a generalização deste tipo de solução a toda a rede de vendas.

4.4.5. Sistemas Embarcados de Vídeo-Vigilância

Em 2006 foram definidos os requisitos técnicos para a elaboração do Caderno de Encargos para o lançamento de um concurso público internacional para fornecimento, instalação e manutenção de sistema de vídeo-vigilância, com o objectivo de dotar toda a frota da CARRIS com este sistema de segurança.

4.4.6. Informação em Tempo Real nas Paragens

Procedeu-se, em 2006, à colocação da encomenda de 150 novos painéis com informação em tempo real ao Consórcio fornecedor à CARRIS do Sistema de Ajuda à Exploração – SAE (EFACEC, RÁDIO-MÓVEL, TECMIC), o que se concretizará em 2007, chegando-se, deste modo, ao número de 350 paragens dotadas deste equipamento.

5. RECURSOS FINANCEIROS

5.1. FLUXOS FINANCEIROS

A exploração gerou um cash-flow negativo de 28,3 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 5,2 milhões de euros relativamente a 2005, reflectindo o esforço que a Empresa tem vindo a desenvolver na redução dos seus custos e ainda o acréscimo da indemnização compensatória em 1,6 milhões de euros, em termos reais.

Durante o ano de 2006, com a utilização de 20 milhões de euros concluiu-se a utilização de um empréstimo contratado com o Banco Europeu de Investimento – Tranche B, com Aval do Estado, o que permitiu fazer face ao plano de investimentos de 2006.

Ainda durante o ano de 2006 foram contratados dois empréstimos a médio e longo prazo com a banca nacional no montante global de 140 milhões de euros, dos quais foram utilizados 110 milhões de euros, o que permitiu consolidar a dívida de curto prazo que transitou de 2005 e, ainda, fazer face ao cash-flow negativo de 2006 no montante de 28,3 milhões de euros.

ORIGEM/ APLICAÇÃO DE FUNDOS (em termos reais*) (milhares de euros)

	2006	2005
Origem de Fundos		
Cash-Flow de Exploração	-28.343,8	-33.503,6
Aumento de Capitais Próprios	0,0	0,0
Aumento de Dívidas a Terceiros	131.764,8	17.623,9
Outras	370,6	239,9
Diminuição dos Fundos Circulantes	0,00	59.812,0
	103.791,6	44.172,2
Aplicação de Fundos		
Aumento do Investimento Financeiro	1.653,4	258,2
Diminuição de Dívidas a Terceiros	1.287,1	2.937,5
Aumento de Dívidas de Terceiros	0,0	0,0
Aumento de Imobilizações	23.021,8	40.976,5
Aumento dos Fundos Circulantes	77.829,3	0,0
	103.791,6	44.172,2

* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal, de forma a serem comparáveis com os de 2006.

5.2. INVESTIMENTO REALIZADO

O investimento realizado no ano ascendeu a 23,0 milhões de euros, dos quais 18,4 milhões de euros corresponderam a aquisição de frota.

A Empresa dispendeu 1,5 milhões de euros na expansão do seu sistema de Bilhética e com o Sistema de Ajuda à Exploração e Informação ao Público (SAEIP), projectos indispensáveis à melhoria da sua operacionalidade e da relação com os clientes, isto é, melhor desempenho e maior qualidade de serviço.

INVESTIMENTOS (em termos reais)
(milhares de euros)

	2006	2005
Frota de Autocarros		
Aquisições	18.419	28.744
Grandes Reparações	1.143	1.062
Órgãos de Reserva	38	3
Frota de Eléctricos		
Aquisições	0	0
Grandes Reparações	0	43
Órgãos de Reserva	0	32
Infra-estruturas		
Linha (Grandes Reparações)	167	119
Rede Aérea	62	62
Subestações Eléctricas	2	0
Estações de Serviço	85	159
Edifícios	1.252	6.588
Bilhética/Sistema de Ajuda à Exploração	1.399	3.332
Outros Invest. Corpóreos	455	832
Total Invest. Não Financeiros	23.022	40.976
Investimentos Financeiros	0	7
TOTAL	23.022	40.983

5.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL

No final do exercício de 2006, o Activo apresentava uma redução, em termos reais, de 4,4% comparativamente com o ano anterior. Este facto, resultou do reembolso de IVA que a Empresa havia solicitado à Administração Fiscal e do reconhecimento de acréscimo de proveitos financeiros relacionados com operações de Swap.

O Capital Próprio agravou-se 38,1 milhões de euros, em termos reais, pela incorporação do prejuízo do exercício de 2005, compensado em 2,6 milhões de euros pela actualização das reavaliações.

Por efeito das operações de consolidação que foram efectuadas, o passivo de curto prazo que, no final de 2005, representava 20,4% da totalidade do passivo, passou para 3,8% no final de 2006.

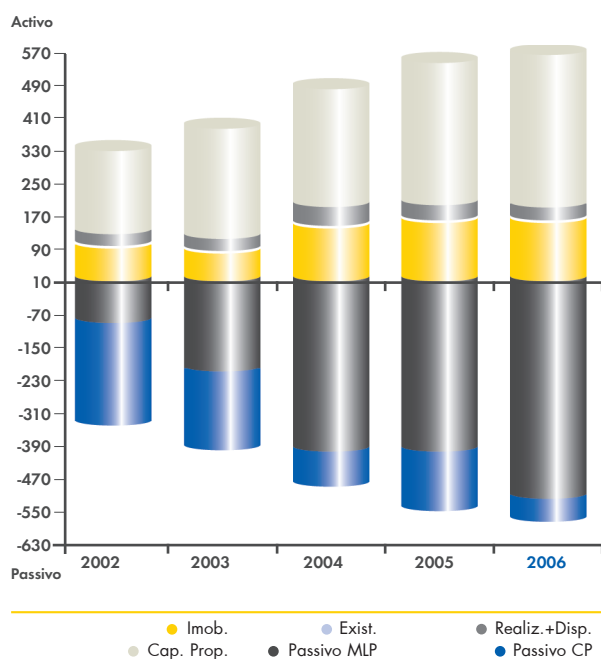
VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO (em euros de 2006)

Rubrica do Balanço	2006	2005	Variação	
			Valor	%
Activo				
Imobilizado	151.742	152.650	-908	-0,6
Investimentos Financeiros	4.612	4.303	309	+7,2
Existências	5.008	5.413	-405	-7,5
Div. Terceiros Médio e Longo Prazo	0	0	0	0
Div. Terceiros C.P e Disponibilidades	25.080	39.399	-14.319	-36,3
Custos Diferidos e Acréscimos	7.263	875	6.388	+730,1
TOTAL	193.705	202.640	-8.935	-4,4
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	-382.557	-344.476	-38.081	+11,1
Provisões para Riscos e Encargos	3.804	3.933	-129	-3,3
Passivo a Médio e Longo Prazo	521.611	403.259	118.352	+29,3
Passivo a Curto Prazo	22.021	111.624	-89.603	-80,3
Proveitos Dif. e Acréscimos Custos	28.826	28.300	526	+1,9
TOTAL	193.705	202.640	-8.935	-4,4

• ESTRUCTURA PATRIMONIAL (em % do total)

Rubrica do Balanço	Pontos Percentuais		
	2006 (1)	2005 (2)	Δ (1) - (2)
Activo			
Imobilizado	78,3	75,3	3,0
Investimentos Financeiros	2,4	2,1	0,3
Existências	2,6	2,7	-0,1
Dívida de Terceiros C.P e Disponibilidades	13,0	19,5	-6,5
Custos Diferidos e Acréscimos	3,7	0,4	3,3
TOTAL	100,0	100,0	0,0
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio	-197,5	-170,0	-27,5
Provisões para Riscos e Encargos	1,9	1,9	0,0
Passivo a Médio e Longo Prazo	269,3	199,0	70,3
Passivo a Curto Prazo	11,4	55,1	-43,7
Proveitos Diferidos e Acréscimos	14,9	14,0	0,9
TOTAL	100,0	100,0	0,0

• ESTRUCTURA PATRIMONIAL (milhões de euros em termos reais)



É de sublinhar que, não obstante estar consolidado o passivo de curto prazo, a dívida de médio e longo prazo existe e terá que ser paga nas datas de vencimento, o que exigirá o necessário e atempado esforço financeiro por parte da Empresa.

A estrutura patrimonial continua muito desequilibrada, sendo indispensável que se resolva o problema do capital próprio negativo em 382,6 milhões de euros, conforme determina o Artigo 35º do C.S.C.



6. RECURSOS ECONÓMICOS

6.1. RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA

6.1.1. No Exercício de 2006

No exercício de 2006, o resultado líquido foi negativo em 52 178 milhares de euros, o que comparativamente com o ano anterior representa uma melhoria de 4 milhões de euros, em termos reais.

O resultado operacional TP melhorou em 2,6 milhões de euros por efeito do aumento da indemnização compensatória e da redução de custos de exploração.

A melhoria dos resultados financeiros em 7,9% resulta da obtenção de proveitos financeiros de 7,3 milhões de euros em operações de Swap, o que permitiu fazer face aos custos do endividamento adicional e do fortíssimo aumento das taxas de juro.

RESULTADOS CORRENTES (em termos reais*) (milhares de euros)

Receitas, Custos e Resultados	2006	2005	Δ%
Receitas de Transporte Públicos	116 813	114 420	+2,1
Receita Directa	73 519	72 704	+1,1
Indemnização Compensatória	43 294	41 716	+3,8
Custos Directos de Exploração TP	116 055	114 076	+1,7
Custos de Produção e Comerciais	100 758	99 357	+1,4
Amortizações	15 297	14 719	+3,9
Resultado Operacional Bruto TP	758	344	+120,3
Custos Gerais	46 736	48 940	-4,5
Resultado Operacional TP	-45 978	-48 596	+5,4
Resultados Financeiros	-10 781	-11 704	+7,9
Resultado de Transportes Públicos	-56 759	-60 300	+5,9
Resultados de Explorações Acessórias	1 892	1 180	+60,3
Outros Custos e Proveitos	1 100	1 735	-36,6
Resultados Correntes	-53 767	-57 385	+6,3

* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal, de forma a serem comparáveis com os de 2006.

6.1.2. Enquadramento dos Resultados do Ano na Evolução Anterior

No ano de 2006 voltaram a aumentar a receita directa e a indemnização compensatória por veículo-km, que associado ao esforço de redução de custos que tem sido desenvolvido, permitiu fazer face ao acréscimo de custos resultantes da melhoria de qualidade do serviço.

RECEITAS E CUSTOS POR VEÍCULO - KM (em termos reais) (euros/ VK)

Anos	Receitas			Custos *
	Directas	Indemniz. Compens.	Total	
1997	1,89	0,64	2,53	3,66
1998	1,83	0,54	2,37	3,67
1999	1,72	0,30	2,02	3,64
2000	1,76	0,30	2,06	3,74
2001	1,73	0,42	2,15	3,73
2002	1,70	0,40	2,10	3,64
2003	1,71	0,94	2,65	3,44
2004	1,77	0,81	2,58	3,53
2005	1,82	1,04	2,86	3,72
2006	1,84	1,09	2,93	3,71

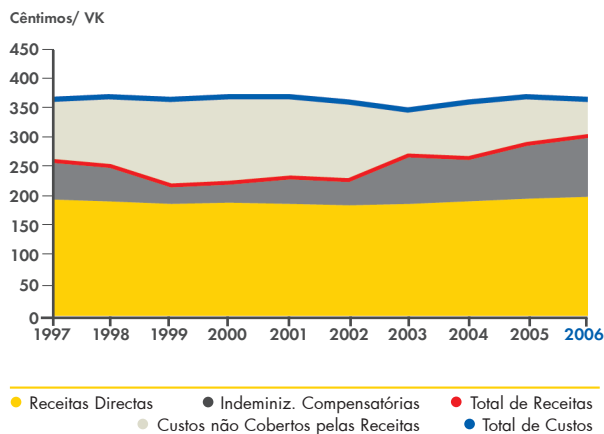
* Não inclui custos financeiros nem indemnizações por rescisões por mútuo acordo.

Na análise da evolução dos custos unitários em 2005 e 2006 importa detalhar os acréscimos verificados:

- No ano de 2005 o custo com combustível teve um efeito preço de 2,6 milhões de euros e as amortizações da frota nova de 3,9 milhões de euros, que em conjunto implicaram um acréscimo de 17 cêntimos no custo unitário.
- No ano de 2006 o custo com combustível teve um efeito por aumento do preço de 1,7 milhões de euros, as amortizações da frota nova de 6,4 milhões de euros e a manutenção da bilhética e do SAE de 2,6 milhões de euros, que em conjunto implicaram um acréscimo de 34 cêntimos no custo unitário.

Assim, não obstante os acréscimos de custo referidos, foi possível reduzir a margem de incobertura para 78 cêntimos no ano de 2006.

• RECEITAS E CUSTOS POR VEÍCULO-KM (em termos reais)



Nota: Não inclui custos financeiros nem indemnizações por rescisões mútuas acordadas.

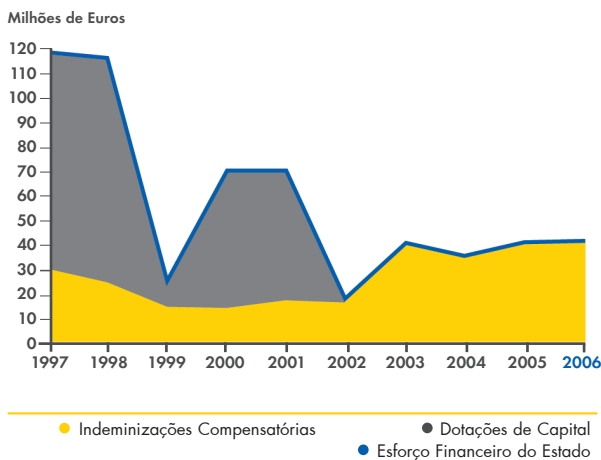
O esforço financeiro do Estado com a Empresa foi, em 2006, superior ao do ano anterior em 1,6 milhões de euros, o que terá contribuído para a referida melhoria do cash-flow gerado pela exploração, o qual passou, em termos reais, de -33,5 milhões de euros em 2005 para -28,3 milhões de euros, em 2006.



• ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO (em termos reais)
(milhares de euros)

Anos	Indemnizações Compensatórias	Dotações de Capital	Total
1997	29 733	87 846	117 579
1998	25 976	88 701	114 677
1999	14 254	12 386	26 640
2000	13 760	56 577	70 337
2001	18 984	51 191	70 175
2002	17 858	0	17 858
2003	42 086	0	42 086
2004	34 115	0	34 115
2005	41 716	0	41 716
2006	43 294	0	43 294

• ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO (em termos reais)



Apesar do mencionado esforço financeiro do Estado, foi necessário recorrer a um endividamento adicional de 29,1 milhões de euros, devido ao esforço de investimento e ao cash-flow negativo gerado pela exploração.

6.2. RESULTADOS POR EXPLORAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO

Em termos reais, verificou-se um agravamento do grau de cobertura dos custos directos da exploração de autocarros de 2,7%, como resultado do acréscimo dos custos directos em 2,2% e da redução da receita directa em 0,5%. De salientar que a diminuição da taxa de cobertura está relacio-

nada com o acréscimo do custo dos combustíveis e com as amortizações da frota nova.

No caso da exploração dos eléctricos o grau de cobertura melhorou em 14,9%, na sequência do que tinha acontecido no ano anterior, quer pelo acréscimo da receita directa, quer pela redução dos custos, também em termos reais.

RESULTADOS POR EXPLORAÇÃO ANTES DE INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (em termos reais)
(milhares de euros)

	Autocarros			Eléctricos		
	2006	2005	Δ %	2006	2005	Δ %
Receita Directa (1)	66 272	66 596	-0,5	5 791	5 247	+10,4
Custos Directos (2)	102 925	100 675	+2,2	11 598	12 070	-3,9
Margem Bruta	-36 653	-34 079	-7,6	-5 807	-6 823	-14,9
Grau de Cobertura Percentual (1)/(2)	64,4	66,1	-2,7	49,9	43,5	+14,9

Em termos unitários, por passageiro transportado, verifica-se um aumento real da receita directa unitária em ambas as explorações. No que se refere aos custos unitários do modo autocarro, constata-se um aumento resultante do agravamento do custo dos combustíveis e do acréscimo das amortizações da frota nova, o que absorveu as reduções conseguidas na optimização do funcionamento.

No caso dos eléctricos verificou-se significativa redução do défice bruto, como resultado da redução dos custos em 8,4% e do acréscimo da receita directa como atrás se referiu.

RESULTADOS ECONÓMICOS POR PASSAGEIRO (em termos reais)
(euros)

Valores por Passageiro	Autocarros			Eléctricos		
	2006	2005	Δ %	2006	2005	Δ %
Receita Directa	0,306	0,299	+2,3	0,352	0,335	+5,1
Custos	0,476	0,452	+5,3	0,705	0,770	-8,4
Défice Bruto	-0,170	-0,153	+11,1	-0,353	-0,435	-18,9

6.3. PROVEITOS CORRENTES POR NATUREZA

Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento de 9,3%, no total dos proveitos correntes, em termos

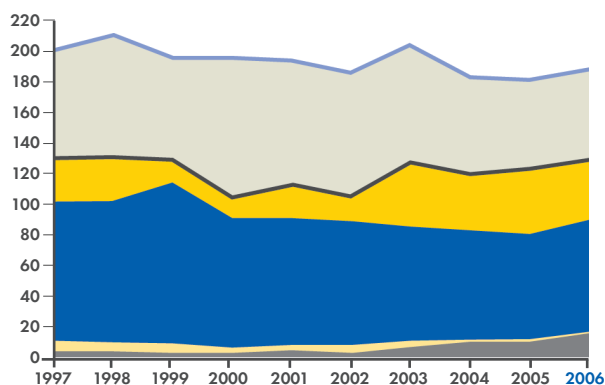
reais, como resultado do acréscimo generalizado dos vários componentes, com particular destaque do acréscimo da indemnização compensatória e dos proveitos financeiros das operações de Swap constantes da rubrica outras receitas e proveitos.

• PROVEITOS CORRENTES (em termos reais)
(milhares de euros)

Naturezas	2006		2005		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Passes Sociais	48 422	36,0	48 038	39,0	+0,8
Outros Títulos	24 662	18,3	24 666	20,0	0,0
Pré-Comprados	11 138	8,3	12 828	10,4	-13,2
Bilhetes	13 524	10,1	11 838	9,6	14,2
Total Receita Directa S.P.	73 084	54,4	72 704	59,1	+0,5
Indemnização Compensatória	43 294	32,2	41 716	33,9	+3,8
Receita Serv. Público	116 378	86,6	114 420	93,0	+1,7
Trabalhos para a Própria Empresa	1 376	1,0	1 225	1,0	+12,4
Outras Receitas e Proveitos	16 696	12,4	7 394	6,0	+125,8
TOTAL	134 450	100,0	123 039	100,0	+9,3

• PROVEITOS POR NATUREZA E CUSTOS NÃO COBERTOS
(em termos reais)

Milhões de Euros



- Outras Receitas e Proveitos
- Receita Directa de S.P.
- Total de Proveitos
- Trabalhos para a Própria Empresa
- Indemnizações Compensatórias
- Custos não Cobertos pelos Proveitos
- Total de Custos

Nota: Os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 incluem 34,2, 17,2, 14,0 e 15,5 milhões de euros de custos com rescisões de contratos de trabalho, respectivamente.

6.4. CUSTOS CORRENTES POR NATUREZA

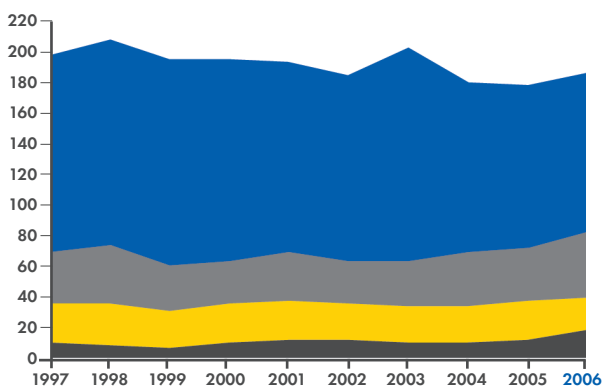
O acréscimo de 4,3% nos custos correntes resulta, sobretudo, do acréscimo dos custos financeiros, já que as amortizações e provisões apresentam uma redução de 5,4% e os custos de funcionamento expurgados das indemnizações por cessação de contratos de trabalho apresentam um acréscimo de 0,14%.

CUSTOS POR NATUREZA (em termos reais) (milhares de euros)

Naturezas	2006	2005	Δ %
Custos de Funcionamento	145 577	143 894	+1,2
Despesas com Pessoal	101 473	105 433	-3,8
Consumos de Material	22 168	20 628	+7,5
Fornecimentos e Serviços Externos	21 313	17 193	+24,0
Despesas Diversas	623	640	-2,7
Amortizações e Provisões	22 800	24 110	-5,4
Amortizações	22 568	24 077	-6,3
Provisões	232	33	+603,0
Encargos Financeiros	19 839	12 418	+59,8
Juros de Financiamento	16 780	11 051	+51,8
Outros	3 059	1 367	+123,8
TOTAL	188 216	180 422	+4,3

CUSTOS (em termos reais)

Milhões de Euros



● Enc. Financeiro ● Amortizações e Provisões
● Custos de Funcionamento Excluindo Pessoal ● Despesas com Pessoal

Nota: Os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 incluem 34,2, 17,2, 14,0 e 15,5 milhões de euros de custos com rescisões de contratos de trabalho, respectivamente.

No que se refere aos custos com pessoal, constata-se uma redução global de 3,8%, em termos reais. A redução dos custos com pessoal não considerando as indemnizações por rescisão de contratos de trabalho, situou-se em 5,9%.

DESPESAS COM PESSOAL (em termos reais) (milhares de euros)

Naturezas	2006	2005	Δ %
Remunerações	55 409	59 290	-6,5
Encargos Patronais	13 234	14 214	-6,9
Complementos de Pensões de Reforma (e Sobrevivência)	13 297	13 849	-4,0
Indemnizações por Rescisão por Mútuo Acordo	15 468	14 037	+10,2
Outros Custos	4 065	4 044	+0,5
TOTAL	101 473	105 434	-3,8
TOTAL s/ Indemniz. por rescisão e s/ compl. pensões	72 708	77 548	-6,2

O consumo de materiais aumentou 7,5% relativamente a 2005, em termos reais, cabendo aqui relevar a importância do preço dos combustíveis, os quais representam 80,9% do total dos consumos e 10,6% dos custos operacionais.

No que se refere ao gasóleo, verificou-se um acréscimo de 9,7% no custo, como resultado de um aumento de 10,9% no preço e de uma redução do consumo de 1,1%.

CONSUMOS DE MATERIAIS (em termos reais) (milhares de euros)

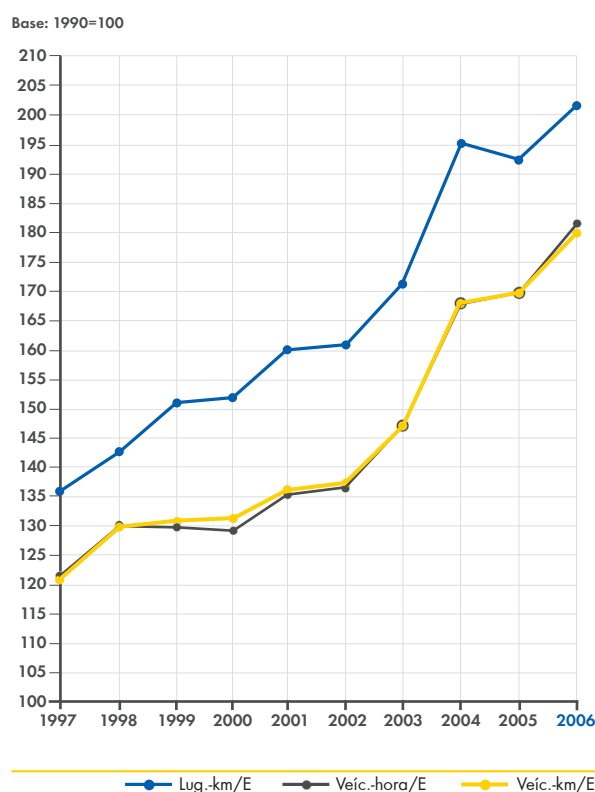
Naturezas	2006	2005	Δ %
Gasóleo e Gás	17 931	16 432	+9,1
Peças e Acessórios de Autocarros	1 839	1 965	-6,4
Peças e Acessórios de Eléctricos	260	295	-11,8
Outros Consumos	2 138	1 936	+10,4
TOTAL	22 168	20 628	+7,5

6.5. PRODUTIVIDADE

Em 2006 manteve-se o acréscimo dos índices de produtividade que têm vindo a ser utilizados, todos eles calculados tomando como base o número médio de efectivos, o qual teve uma redução de 6,7%.

O redimensionamento do efectivo abrangiu áreas administrativas e áreas oficiais o que se traduziu numa melhoria significativa dos indicadores baseados na oferta.

• INDICADORES DE PRODUTIVIDADE



• INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

Indicadores	2006	2005	Δ %
Lugares-km 10 ³ / Efectivo Médio	1 321	1 258	+5,0
Veículos-hora/ Efectivo Médio	1 083	1 008	+7,4
Veículos-km/ Efectivo Médio	15 153	14 254	+6,3

7. SUSTENTABILIDADE NA CARRIS

A CARRIS, que desenvolve todos os esforços para prestar um serviço de qualidade ao cliente e à Área Metropolitana de Lisboa, designadamente à Cidade, e para conseguir, simultaneamente importantes reduções nos custos operacionais,

tem presente que é a partir da sustentabilidade na actividade das empresas que se estrutura a sustentabilidade global da Sociedade.

Assim, assume e assumirá a sua quota – parte de responsabilidade nesta problemática, orientando as suas acções e decisões no sentido do desenvolvimento sustentado da sua actividade.

Por outro lado, a CARRIS está segura que a opção pelo Transporte Colectivo de Passageiros é a resposta adequada à necessidade crescente de mobilidade e um factor de sustentabilidade na vida das cidades.

Com este intuito, a CARRIS lançou e tem dado continuidade a projectos importantes, dos quais se destacam:

- Certificação da Qualidade do Sistema de Gestão e do Serviço
- Renovação da Frota
- Qualificação e Formação dos Recursos Humanos
- Código de Ética e de Conduta
- Certificação do Sistema de Gestão Ambiental
- Consolidação do Sistema de Bilhética sem contacto
- Optimização do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros
- Extensão do Sistema de Vídeo-Vigilância a toda a Frota
- Gestão de Energia – Instalações / Actividade de Transporte
- Renovação da Rede
- Melhoria da articulação da CARRIS com os “Stakeholders”

Entretanto, a CARRIS assinou a Carta de Compromisso do Desenvolvimento Sustentável da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos, em Outubro de 2006, em Bilbao, o que lhe permitirá, a par de uma maior exigência, caminhar de uma maneira ainda mais decisiva na prossecução do paradigma da sustentabilidade.

Alcançar a sustentabilidade económica é um dos grandes objectivos da CARRIS, no entendimento de que esta só é alcançada através do investimento em áreas chave, incluindo a social e ambiental. A profunda reestruturação a que a CARRIS tem vindo a ser sujeita desde 2003, é reflexo de uma postura centrada no cliente, nas suas necessidades e nas suas exigências.

A sustentabilidade da CARRIS e o seu contributo para a sustentabilidade do país, através do investimento nas vertentes económica, social e ambiental está descrita em detalhe no

segundo Relatório de Sustentabilidade da CARRIS, que constitui um anexo deste Relatório e Contas e que com este deve ser lido.

8. EVOLUÇÃO PREVISTA - PERSPECTIVAS PARA 2007

A CARRIS prosseguirá em 2007 a estratégia iniciada em 2003, de melhoria contínua do seu desempenho global, de modo a continuar a ganhar eficácia e eficiência, reflectidos, uma e outra, na melhoria da qualidade do serviço prestado e na redução do seu desequilíbrio operacional.

É neste contexto que prosseguirão os trabalhos com vista à obtenção da certificação de mais 18 carreiras, bem como a Certificação Ambiental pela NP EN ISO 14001.

Continuará o processo de rejuvenescimento do pessoal tripulante, prevendo-se a admissão de cerca de 250 novos colaboradores, prosseguindo, igualmente, o reforço do peso relativo dos tripulantes no efectivo total da Empresa.

A redução do absentismo e do trabalho suplementar e o aumento da produtividade continuarão a merecer a maior atenção.

A CARRIS prosseguirá a implementação de medidas com impacto na redução dos seus custos.

A Empresa concentrar-se-á na continuação da melhoria da qualidade do serviço prestado, estando prevista para o final do ano a implementação da 2ª fase da "Rede 7".

Acompanhar-se-á, com a maior atenção, o comportamento da procura, procurando captar-se novos segmentos de mercado.

Para tal desenvolver-se-ão novas acções, de forma coerente e continuada, no domínio comercial, prosseguindo o alargamento e modernização da Rede de Vendas e adoptando novas soluções de venda. Por outro lado, uma nova e persistente política de marketing marcará o exercício de 2007, dando-se desta forma, sinais claros de que está em curso uma aposta renovada e dinâmica de captação de novos clientes.

Procurar-se-ão concretizar acções comuns em articulação com os demais operadores da Área Metropolitana de Lisboa, em especial com o Metropolitano de Lisboa, tendo em vista



o reforço da intermodalidade, indispensável para o novo conceito de mobilidade urbana que urge implementar.

A CARRIS tudo fará para reforçar o diálogo e tornar mais eficaz o seu relacionamento com a Câmara Municipal de Lisboa, entidade indispensável na efectiva resolução dos problemas da mobilidade.

A Empresa, continuará em 2007, mobilizada e ciente de que os desafios que tem pela frente são complexos, mas estimulantes. A sua determinação é total para os enfrentar e vencer.

9. CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS 155/2005

Nome	Cargo	Remuner. Base	Acumulação Funções	Desp. Representação	Encargos Sociais	Regime Seg. Social
António Carvalho Santos e Silva	(c) Vogal CA	96.372,23	—	—	21.467,34	CGA
Augusto António Brinquête Proença	(a) Vogal CA	15.236,00	4.206,03	3.657,63	3.901,86	RGSS
Jaime Cipriano Costa Rocha Quaresma	(a) Vogal CA	30.724,08	6.159,24	3.657,63	5.489,57	RGSS
Joaquim José Garrido Zeferino	(b) Vogal CA	39.653,16	11.608,66	8.449,13	10.213,22	RGSS
José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira	(a) Vogal CA	30.523,57	6.159,24	3.657,63	5.489,57	RGSS
José Manuel Silva Rodrigues	Presidente CA	58.865,38	17.665,34	17.663,28	13.614,55	RGSS
Maria Adelina Pinto Dias Rocha	(b) Vogal CA	39.653,16	11.608,66	8.449,13	—	CGA
Maria Isabel Gaspar Cabaço Antunes	(b) Vogal CA	39.653,16	11.608,66	8.449,13	—	CGA
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete	(a) Pres. Mesa Assem.	598,62	—	—	—	—
Manuel Antunes Vicente	Sec. Mesa Assem.	333,65	—	—	—	—
Raimundo Aleixo	Rev. Ofic. Contas	16.500,84	—	—	—	—

(a) Terminou o mandato em 10/04/2006.

(b) Iniciou o mandato em 10/04/2006.

(c) Optou pela remuneração de origem, a qual é facturada à Carris pelos Correios de Portugal, S.A.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento da alínea f) do número 2 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício – prejuízo de € 52.178.883,44 – sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

11 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

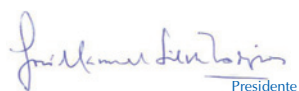
O Relatório e Contas que se apresentam procuram reflectir com a máxima clareza possível o que foi o exercício de 2006, apontando para 2007 perspectivas que permitirão à CARRIS continuar a consolidar a evolução positiva que globalmente vem evidenciando.

É de sublinhar a boa cooperação e lealdade que sempre norteou o relacionamento entre os diferentes Órgãos Sociais e, de modo especial, entre o Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas.

Uma palavra final para agradecer aos Directores e demais Trabalhadores da CARRIS todo o trabalho, dedicação e empenho que sempre colocaram no exercício das suas funções e atribuições e sem os quais nada teria sido feito.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2007

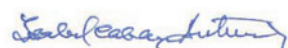
O Conselho de Administração



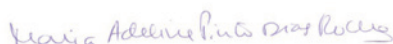
Presidente

Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais



Dra. Maria Isabel Gaspar Cabaço Antunes



Dra. Maria Adelina Pinto Dias Rocha



Dr. António de Carvalho Santos e Silva



Eng. Joaquim José Garrido Zeferino



BALANÇO Em 31 de Dezembro de 2006

Unidade: euro

Código das Contas POC	ACTIVO	Exercício 2006			Exercício 2005
		Activo Bruto	Amortizações Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
	Imobilizado				
	Imobilizações Incorpóreas:				
431	Despesas de Instalação	460 000,00	460 000,00	—	153 333,33
		460 000,00	460 000,00	—	153 333,33
	Imobilizações Corpóreas:				
421	Terrenos e Recursos Naturais	39 607 251,96	—	39 607 251,96	39 607 251,96
422	Edifícios e Outras Construções	110 043 977,56	87 956 851,07	22 087 126,49	22 542 222,06
423	Equipamento Básico	216 238 296,99	135 708 604,25	80 529 692,74	73 088 493,81
424	Equipamento de Transporte	2 134 471,95	2 056 605,72	77 866,23	56 375,17
425	Ferramentas e Utensílios	12 342 458,66	7 043 125,18	5 299 333,48	5 184 860,51
426	Equipamento Administrativo	14 234 046,87	11 360 509,99	2 873 536,88	2 503 694,75
429	Outras Imobilizações Corpóreas	36 436,38	—	36 436,38	36 436,38
441/6	Imobilizações em Curso	1 230 314,39	—	1 230 314,39	4 887 720,30
		395 867 254,76	244 125 696,21	151 741 558,55	147 907 054,94
	Investimentos Financeiros:				
4111	Partes de Capital em Empresas do Grupo	3 005 185,86	—	3 005 185,86	1 556 688,11
4112	Partes de Capital em Empresas Associadas	172 724,21	—	172 724,21	122 936,43
4113+414+415	Títulos e Outras Aplicações Financeiras	1 854 765,07	420 244,42	1 434 520,65	1 854 690,48
4123+4133	Outros Empréstimos Concedidos	1 284 836,59	1 284 836,59	—	639 810,09
		6 317 511,73	1 705 081,01	4 612 430,72	4 174 125,11
	Circulante				
	Existências:				
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	4 817 013,11	76 072,01	4 740 941,10	4 907 137,59
35	Produtos e Trabalhos em Curso	161 349,07	—	161 349,07	203 761,77
32	Mercadorias	106 126,08	—	106 126,08	111 973,47
37	Adiantamentos p/ Conta de Compras	—	—	—	27 175,04
		5 084 488,26	76 072,01	5 008 416,25	5 250 047,87
	Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
211	Clientes, C/C	2 083 329,03	—	2 083 329,03	2 622 946,64
218	Clientes de Cobrança Duvidosa	1 513,35	1 373,98	139,37	486,56
229	Adiantamentos a Fornecedores	12 852,33	—	12 852,33	237 426,15
24	Estado e Outros Entes Públicos	4 002 506,47	—	4 002 506,47	20 634 813,82
262+266+267+268+221	Outros Devedores	18 223 301,60	1 982 568,65	16 240 732,95	13 590 164,66
		24 323 502,78	1 983 942,63	22 339 560,15	37 085 837,83
	Depósitos Bancários e Caixa:				
12+13+14	Depósitos Bancários	2 719 446,20	—	2 719 446,20	1 108 253,64
11	Caixa	20 809,28	—	20 809,28	19 755,13
		2 740 255,48	—	2 740 255,48	1 128 008,77
	Acréscimos e Diferimentos:				
271	Acréscimos de Proveitos	5 677 785,02	—	5 677 785,02	175 368,30
272	Custos Diferidos	1 584 889,47	—	1 584 889,47	673 343,70
		7 262 674,49	—	7 262 674,49	848 712,00
	Total de Amortizações	—	244 585 696,21	—	—
	Total de Ajustamentos	—	3 765 095,65	—	—
	TOTAL DO ACTIVO	442 055 687,50	248 350 791,86	193 704 895,64	196 547 119,85

O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues
 Vogais: Dr.ª Maria Isabel Cabaço Antunes
 Dr.ª Maria Adelina Pinto Dias Rocha
 Dr. António de Carvalho Santos e Silva
 Eng.ª. Joaquim José Garrido Zeferino

Código das Contas POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Exercícios	
		2006	2005
	Capital Próprio		
51	Capital	163 532 270,02	163 532 270,02
55	Ajustamentos de Partes de Cap. em Filiais e Associadas	1 448 240,18	1 199 648,16
56	Reservas de Reavaliação		
	Diplomas Legais	3 990 383,17	3 990 383,17
	Outras	40 412 614,28	36 670 989,21
59	Resultados Transitados	-539 761 524,59	-485 031 440,71
	Sub Total	-330 378 016,94	-279 638 150,15
88	Resultado Líquido do Exercício	-52 178 883,44	-54 481 491,86
	Total do Capital Próprio	-382 556 900,38	-334 119 642,01
	Passivo		
	Provisões:		
291	Provisões para Pensões	1 167 273,00	1 169 615,00
292	Provisões para Impostos	203 285,00	203 285,00
293/8	Outras Provisões	2 433 563,57	2 442 461,47
		3 804 121,57	3 815 361,47
	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:		
	Empréstimos por Obrigações:		
2322	Não Convertíveis	100 000 000,00	100 000 000,00
231	Dívidas a Instituições de Crédito	206 611 333,97	74 846 512,94
252	Empresas do Grupo	215 000 000,00	215 000 000,00
2611	Fornecedores de Imobilizado, C/C	—	1 287 127,84
		521 611 333,97	391 133 640,78
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito	8 235 178,97	82 019 221,66
221	Fornecedores, C/C	6 878 228,72	7 177 345,97
228	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	1 576 107,93	825 764,87
252	Empresas do Grupo	189 875,93	109 617,63
253+254	Empresas Participadas e Participantes	8 059,50	6 053,89
2611	Fornecedores de Imobilizado, C/C	2 552 252,48	15 541 389,59
24	Estado e Outros Entes Públicos	2 101 289,37	2 225 583,57
262+263+264 +265+267+268 +211	Outros Credores	479 953,40	363 312,50
		22 020 946,30	108 268 289,68
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de Custos	13 823 142,69	12 272 911,94
274	Proveitos Diferidos	4 444 770,55	4 454 374,53
2762	Passivos por Impostos Diferidos	10 557 480,94	10 722 183,46
		28 825 394,18	27 449 469,93
	Total do Passivo	576 261 796,02	530 666 761,86
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	193 704 895,64	196 547 119,85

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Alma

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS Exercício de 2006

Unidade: euro

Código das Contas POC		Exercícios	
		2006	2005
A	Custos e Perdas		
61	Custos das Mercad. Vendidas e das Mat. Consumidas: Mercadorias	9 526,51	9 174,81
	Matérias	22 158 189,92	22 167 716,43
62	Fornecimentos e Serviços Externos	21 312 812,37	19 999 095,17
641+642	Custos com o Pessoal: Remunerações	20 008 269,98	16 676 462,28
643+644	Encargos Sociais: Pensões	55 408 914,17	57 506 854,34
645/8	Outros	13 297 376,72	13 432 177,49
662+663	Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	32 767 192,36	31 323 509,54
666+667	Ajustamentos	101 473 483,25	102 262 541,37
67	Provisões	22 568 510,36	23 352 776,79
63	Impostos	67 201,69	6 369,07
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	164 603,31	25 570,06
	(A)	22 800 315,36	23 384 715,92
683	Amortizações e Ajustamentos de Aplicações e Investimentos Financeiros	376 334,48	439 658,16
+684	Juros e Custos Similares: Relativos a Empresas do Grupo	247 108,74	181 737,00
	Outros	623 443,22	621 395,16
	(C)	168 377 770,63	162 953 384,71
69	Custos e Perdas Extraordinários	1 214 669,51	—
	(E)	188 551 249,14	176 890 972,91
86	Imposto sobre o Rendimento do Exercício	79 651,76	32 119,37
	(G)	188 630 900,90	176 923 092,28
88	Resultado Líquido do Exercício	-52 178 883,44	-54 481 491,86
		136 452 017,46	122 441 600,42

Código das Contas POC		Exercícios	
		2006	2005
B	Proveitos e Ganhos		
71	Vendas:		
	Mercadorias	12 541,24	12 367,93
	Produtos	—	—
72	Prestações de Serviços	77 605 606,38	74 369 021,80
		77 618 147,62	74 381 389,73
(3)	Variação da Produção	-42 412,70	5 550,26
75	Trabalhos para a Própria Empresa	1 376 348,54	1 188 036,62
73	Proveitos Suplementares	2 017 603,94	1 226 245,87
74	Subsídios à Exploração	43 433 749,21	41 519 995,01
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	984 343,53	291 541,48
77	Reversões de Amortizações e Ajustamentos	4 059,89	33 274,94
		46 439 756,57	43 071 057,30
	(B)	125 391 840,03	118 646 033,91
782	Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	1 498 285,53	248 592,02
784	Rendimentos de Participações de Capital	—	—
	Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras: Relativos a Empresas do Grupo	—	—
	Outros	224 244,71	164 222,03
	Outros Juros e Proveitos Similares: Relativos a Empresas do Grupo	—	—
	Outros	7 336 009,95	279 553,20
		9 058 540,19	692 367,25
	(D)	134 450 380,22	119 338 401,16
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	2 001 637,24	3 103 199,26
	(F)	136 452 017,46	122 441 600,42
Resumo:			
	Resultados Operacionais (B) - (A) =	-42 985 930,60	-44 307 350,80
	Resultados Financeiros [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =	-10 780 895,96	-11 352 532,56
	Resultados Correntes (D) - (C) =	-53 766 826,56	-55 659 883,36
	Resultados antes de Impostos (F) - (E) =	-52 099 231,68	-54 449 372,49
	Resultado Líquido do Exercício (F) - (G) =	-52 178 883,44	-54 481 491,86

O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues
Vogais: Dr.ª Maria Isabel Cabaço Antunes
Dr.ª Maria Adelina Pinto Dias Rocha
Dr. António de Carvalho Santos e Silva
Eng.º. Joaquim José Garrido Zeferino

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Alma

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES Exercício de 2006

Unidade: euro

	2006	2005
Vendas e Prestações de Serviços (1)	121.474.841,67	115.889.016,81
Custos das Vendas e das Prestações de Serviços	-113.932.521,58	-108.886.984,39
Resultados Brutos	7.542.320,09	7.002.032,42
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.583.062,52	1.563.430,22
Custos de Distribuição	-5.630.203,49	-5.165.006,47
Custos Administrativos	-15.133.600,07	-15.891.558,51
Outros Custos e Perdas Operacionais	-32.347.509,65	-31.816.248,46
Resultados Operacionais	-42.985.930,60	-44.307.350,80
Custo Líquido de Financiamento	-12.499.645,26	-11.763.156,20
Ganhos (perdas) em Filiais e Associadas	1.498.285,53	248.592,02
Ganhos (perdas) em Outros Investimentos	220.973,60	162.031,62
Ganhos (perdas) não Usuais	1.667.085,05	1.210.510,87
Resultados Correntes	-52.099.231,68	-54.449.372,49
Impostos sobre os Resultados Correntes	-79.651,76	-32.119,37
Resultados Correntes Após Impostos	-52.178.883,44	-54.481.491,86
Resultados Extraordinários		
Impostos sobre Resultados Extraordinários		
Resultados Líquidos	-52.178.883,44	-54.481.491,86
Resultados por Acção	-1,592	-1,662

(1) 2006 Inclui:	43 433 749,21	Subsídios à Exploração, sendo
	43 293 828,44	afectos à Exploração de Serviço Público de Transportes e
	139 920,77	de Subsídios para a Formação Pessoal afecto a essa Exploração
2005 Inclui:	41 519 995,01	Subsídios à Exploração, sendo
	41 404 502,93	afectos à Exploração de Serviço Público de Transportes e
	115 492,08	de Subsídios para a Formação de Pessoal afecto a essa Exploração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Dezembro de 2006 (Método Directo)

Unidade: euro

	Exercícios	
	2006	2005
Actividades Operacionais		
Recebimentos de Terceiros	94.084.924,88	82.972.482,90
Indemnizações Compensatórias e Outros Subsídios	45.418.049,68	41.519.995,01
Pagamentos a Fornecedores	-74.762.955,84	-77.317.147,51
Pagamentos ao Pessoal	-67.073.963,44	-66.714.557,43
Pagamentos ao Estado	-26.575.779,62	-28.083.665,67
Fluxos Gerados pelas Operações	-28.909.724,34	-47.622.892,70
Pagamento (-) / Recebimento do IRC	-441.116,50	-35.150,56
Fluxos Gerados Antes das Rubricas Extraordinárias	-29.350.840,84	-47.658.043,26
Receb. Relacionados com Rubricas Extraordinárias	23.074.567,32	96.323,71
Pagam. Relacionados com Rubricas Extraordinárias	-18.286,39	-1.558.891,89
Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa	1.376.348,54	1.188.036,62
Fluxos das Actividades Operacionais (1)	-4.918.211,37	-47.932.574,82
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações Corpóreas	413,22	3.990,38
Imobilizações Financeiras	425,41	30.375,00
Subsídios ao Investimento	495.695,65	1.916.181,08
Juros	69.922,83	75.667,63
Pagamentos respeitantes a:		
Fornecedores de Imobilizado	-36.127.316,43	-32.023.275,18
Investimentos Financeiros	—	—
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	—	—
Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa	-1.376.348,54	-1.188.036,62
Fluxos das Actividades de Investimento (2)	-36.937.207,86	-31.185.097,71
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos a Médio e Longo Prazo	160.658.301,84	40.329.193,61
Utilização de Empréstimos a Curto Prazo	137.482.978,97	138.535.936,91
Livranças	—	—
Empréstimos Obrigacionistas	—	—
Aumento de Capital	—	—
Receitas Financeiras	1.556.740,19	141.701,77
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazo	-43.893.480,78	-16.599.557,96
Amortização de Empréstimos a Curto Prazo	-191.300.936,91	-84.717.978,97
Amortização de Livranças	—	—
Amortização de Empréstimos Obrigacionistas	—	-9.975.957,93
Encargos Financeiros	-16.069.852,59	-11.429.218,51
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)	48.433.750,72	56.284.118,92
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	6.578.331,49	-22.833.553,61
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	-3.838.076,01	18.995.477,60
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	2.740.255,48	-3.838.076,01

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício de 2006

1. Nada a referir
2. Discriminação dos componentes de Caixa e seus Equivalentes:

Unidade: euro

RUBRICAS	31/12/2006	31/12/2005
Numerário	20.809,28	19.755,13
Depósitos Bancários, Imediatamente Mobilizáveis	2.719.446,20	1.108.253,64
Equivalentes de Caixa:		
Descobertos Bancários	—	—
Overdrafts	—	-4.966.084,78
Hot Money	—	—
<i>Caixa e seus Equivalentes</i>	<i>2.740.255,48</i>	<i>-3.838.076,01</i>
Outras Disponibilidades	—	—
Disponibilidades Constantes do Balanço	2.740.255,48	1.128.008,77

3. Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições no montante de € 160 707 925,81.

4. Nada a referir.

5. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, nas rubricas das Actividades Operacionais e de Investimento consta uma parcela referente a “Trabalhos para a Própria Empresa”, que embora correndo pelos fluxos Operacionais, respeitam na verdade a actividades de investimento.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS Exercício de 2006

NOTA INTRODUTÓRIA

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima de capitais públicos, foi constituída em Setembro de 1872 no Rio de Janeiro e tem por actividade principal a exploração de transportes colectivos de superfície na cidade de Lisboa por concessão em regime de exclusividade, renovada pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1973 por um período de 50 anos.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. A CARRIS não irá proceder à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006, a que se encontraria obrigada pelo disposto no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho, por considerar que:

(i) os efeitos da consolidação da subsidiária Aurora Finance, BV detida a 100% e constituída no exercício de 2004, se encontram indirectamente reflectidos na sua totalidade nas demonstrações financeiras individuais da CARRIS, em 31 de Dezembro de 2006, atendendo a que esta subsidiária foi constituída apenas com o propósito de contrair um empréstimo obrigacionista no montante de € 215.000.000,00, o qual foi integralmente repassado para a CARRIS, encontrando-se aquele montante, bem como os juros a ele relativos registados nas suas demonstrações individuais em 31 de Dezembro de 2006;

(ii) os efeitos da consolidação da subsidiária Carristur, Lda., detida a 100% também seriam materialmente irrelevantes para o objectivo referido no n.º 13.2.2 das normas de consolidação de contas.

A numeração das notas obedece à sequência definida no POC e aquelas que não constam neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1. Com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2004, a convenção do custo histórico foi derogada na valorização das imobilizações corpóreas, por via da reavaliação para valores de mercado dos terrenos e edifícios de natureza e uso semelhantes, utilizando para o efeito avaliações elaboradas

anualmente por uma entidade especializada e independente. O custo de aquisição dos supra-mencionados terrenos e edifícios havia já sido reavaliado ao abrigo de diploma legal, com base em coeficientes de inflação, no exercício de 1997.

Outros edifícios, por estarem implantados em propriedade alheia ou porque a sua utilização em termos de actividades alternativas seria apenas parcial, não foram sujeitos a reavaliação livre.

Em 31 de Dezembro de 2004, por efeito do registo da reavaliação livre acima indicada, o imobilizado corpóreo, os passivos por impostos diferidos e as reservas de reavaliação foram aumentadas nos montantes de € 46.223.016, € 10.373.465 e € 35.849.551, respectivamente, não tendo as amortizações do exercício findo naquela data sido afectadas por aquela reavaliação.

No exercício de 2006, o efeito da actualização daquelas reavaliações livres consistiu num aumento das imobilizações corpóreas e das reservas de reavaliação nos montantes de € 3.598.037,83 e € 3.741.625,07, respectivamente, e numa diminuição dos passivos por impostos diferidos no montante de € 164.702,52, tendo as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 sido aumentadas no montante de € 2.287.872,95 em resultado da amortização das reavaliações livres registadas até 31 de Dezembro de 2005.

O montante dos terrenos e edifícios que não foram sujeitos à reavaliação livre em 31 de Dezembro de 2006 ascendem a € 429.152,96 e € 1.207.225,49, respectivamente.

3. Critérios valorimétricos e métodos de cálculo utilizados, relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados:

- As demonstrações financeiras reflectem os registos contabilísticos da Empresa efectuados no pressuposto da continuidade das operações, da especialização do exercício, e em obediência aos demais princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto o constante na nota 31 (Directriz Contabilística n.º 19).

- As demonstrações financeiras da CCFL foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que se re-

fere aos terrenos e edifícios reavaliados que se encontram, assim, registados ao seu justo valor (valor de mercado).

- **Investimentos financeiros:**

- Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, com excepção da participação financeira de 100% na Aurora Finance BV, a qual se encontra registada ao custo de aquisição, por ser entendimento da Administração da CCFL que os efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial nesta empresa do grupo, não seriam materialmente relevantes.
- De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda

ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contra partida de ganhos ou perdas do exercício ou “ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Adicionalmente, os dividendos recebidos dessas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

- Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. As perdas estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos, encontram-se registadas na rubrica “Ajustamentos de investimentos financeiros”.

- **Especialização de exercícios:**

- A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Impostos diferidos:**

- Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.
- Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

- **Ajustamentos ao valor das contas a receber:**

- Os ajustamentos de activos considerados como sendo créditos de cobrança duvidosa estão constituídos em conformidade com o Artigo 34.º do Código do IRC, com excepção de um ajustamento, efectuado em anos anteriores e mantido no presente exercício para fazer face a dívidas antigas da Câmara Municipal de Lisboa, no valor de € 1.872.370,00.



• **Existências:**

• As existências estão valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, existindo um ajustamento de € 76.072,01 que corresponde ao saldo da conta dos materiais considerados obsoletos.

• Como método de custeio das saídas utiliza-se o custo médio ponderado.

• **Imobilizações corpóreas:**

• Para o activo imobilizado corpóreo, quer esteja valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção (custo histórico), quer esteja reavaliado livremente ou de acordo com as disposições legais (nota 12), utiliza-se como método de cálculo das amortizações o das quotas constantes, sendo a vida útil dos bens como seguidamente se indica:

Descrição	Anos
Edifícios e Outras Construções	8 - 100
Equipamento Básico:	
Autocarros	8 - 12
Via Férrea	16
Carros Eléctricos	16
Carros Eléctricos Articulados	30
Rotáveis de Autocarros	8 - 12
Rotáveis de Eléctricos	16
Outros	3 - 20
Equipamento de Transporte	4 - 6
Ferramentas e Utensílios	1 - 14
Equipamento Administrativo	1 - 8

• Os bens do activo imobilizado adquiridos em regime de locação financeira estão contabilizado em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 25, e como tal registados no Activo Imobilizado Corpóreo.

• **Imobilizações incorpóreas:**

• O Activo Imobilizado Incorpóreo está registado ao custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

• Os custos com a conservação plurienal e grandes reparações em edifícios, autocarros e eléctricos e com as grandes reparações de órgãos rotáveis de autocarros são capitalizados. Estes custos são amortizados segundo o método das quotas constantes, num período de dez anos para as grandes reparações em edifícios e de quatro anos para as restantes.

• Os restantes custos de manutenção e reparação são considerados custos no exercício em que são incorridos.

• **Indemnizações compensatórias:**

• As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.

• Em 2006 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo, ascenderam a € 43.293.828,44 (€ 40.461.521,90 em 2005).

• **Subsídios a fundo perdido:**

• Os subsídios atribuídos à empresa, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

6. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2001 a 2006 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

Nos termos do Artigo 81.º do Código do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2006, existiam os seguintes prejuízos fiscais:

(Unidade: milhar de euro)

Anos	Prejuízo Fiscal Declarado	Ano Limite para Dedução
2001	79.301	2007
2002	69.195	2008
2003	68.808	2009
2004	59.226	2010
2005	51.573	2011

Tendo em conta o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e dos passivos, não se procedeu ao registo de activos por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis, no montante de cerca de 82.000 milhares de euros, por se entender que as operações futuras não irão gerar matéria colectável que permita a utilização destes prejuízos fiscais no seu período de reporte.

Tendo em consideração os prejuízos fiscais reportáveis e o seu período de reporte, os passivos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2006 e respeitantes às reservas de reavaliação livres e legais sobre bens amortizáveis foram, para efeito do IRC, calculados e registados atendendo ao seu valor líquido contabilístico posteriormente ao exercício de 2012. Para efeito da Derrama, atendeu-se à alteração introduzida pela Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro-Lei das Finanças Locais, que estabelece agora a taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, deixando, assim, de incidir sobre a colecta de IRC.

No que respeita às reavaliações livres efectuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal actualizada por coeficientes de actualização monetária dos terrenos reportada a 31 de Dezembro de 2006.

A Empresa registou no exercício de 2006 uma redução ao saldo da rubrica de passivos por impostos diferido como segue:

IMOBILIZADO REAVALIADO COM VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO POSTERIOR A 2012

	Base Tributável	Passivo por Imposto Diferidos
Reavaliações efectuadas ao abrigo de Diplomas Legais:		
2006		
Edifícios	1.709.531,68	
Outro Imobilizado	358.593,80	
	2.068.125,48	219.221,30
2005		
Edifícios	1.839.243,99	
Outro Imobilizado	397.385,45	
	2.236.629,44	246.029,24
	Diferença	-26.807,94
Reavaliação Livre:		
2006		
Terrenos	34.600.311,73	
Edifícios	4.252.847,18	
	38.853.158,91	10.296.087,11
2005		
Terrenos	34.694.935,51	
Edifícios	3.400.170,73	
	38.095.106,24	10.476.154,22
	Diferença	-180.067,11

EFEITO DA ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA

Reavaliações efectuadas ao abrigo de Diplomas Legais:		
2008		
Edifícios	2.306.177,63	
Outro Imobilizado	710.723,92	
	3.016.901,55	18.101,41
2012		
Edifícios	1.709.531,68	
Outro Imobilizado	358.593,80	
	2.068.125,48	12.408,75
	Diferença	5.692,66
Reavaliação Livre:		
2008		
Edifícios	6.684.837,74	100.272,57
2012		
Edifícios	4.252.847,18	63.792,71
	Diferença	36.479,86
Diferença Total		- 164.702,53

7. O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 2.569 empregados com contratos sem prazo ou de 2.675 considerando-se também os contratados a prazo. (Em 2005, eram, respectivamente, 2.698 e 2.866).

Adicionalmente informa-se que o número de efectivos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 eram respectivamente de 2.681 e 2.787.

8. A conta 431 - "Despesas de instalação" contempla os seguintes registos:

Ano	Descrição	Valor
2004	Processo de Reestruturação da CCFL	460.000,00

Em 31 de Dezembro de 2006, este montante encontra-se totalmente amortizado.

10. Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos, constam dos mapas das páginas 60 e 61.

12. As reavaliações do imobilizado corpóreo foram efectuadas ao abrigo dos D.L. 430 / 78 de 27 de Abril, D.L. 219 / 82 de 2 de Junho, D.L. 399 - G / 84 de 28 de Dezembro, D. L. 118 - B / 86 de 27 de Maio, D.L. 111 / 88 de 2 de Abril, D.L. 49 / 91 de 25 de Janeiro, D.L. 264 / 92 de 24 de Novembro e D.L. 31 / 98 de 11 de Fevereiro.

Com efeitos a 31 de Dezembro de 2004, a Empresa procedeu à reavaliação dos terrenos e edifícios de natureza e uso semelhante, para o seu valor de mercado, determinado por avaliações efectuadas pela Luso-Roux, S.A. Desde aquela data, a Empresa tem vindo a obter anualmente actualizações daquelas reavaliações livres, as quais têm vindo a ser efectuadas pela mesma entidade.

As amortizações dos exercícios em que se procede ao registo das actualizações daquelas reavaliações não se encontram afectadas pelas mesmas. Desta forma, as amortizações do exercício de 2006 foram aumentadas no montante de € 2.287.872,95 em resultado da amortização das reservas de reavaliação registadas até 31 de Dezembro de 2005.

Em 2006, por efeito da actualização da avaliação reportada

a 31 de Dezembro, a Empresa registou um aumento nos saldos das rubricas de imobilizações corpóreas e da reserva de reavaliação de € 3.598.037,83 e € 3.741.625,07, respectivamente e uma diminuição no saldo da rubrica do passivo por impostos diferidos no montante de € 143.587,24.

13. As reavaliações efectuadas estão discriminadas no mapa da página 61.

Como resultado das reavaliações legais efectuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram aumentadas em € 1.552.511,10. Deste montante, € 621.004,44 não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, e como resultado das reavaliações livres reportadas a 31 de Dezembro de 2005, as amortizações do exercício de 2006 foram aumentadas e € 2.287.872,95, não sendo as mesmas aceites na sua totalidade para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC.

14. Com relação às imobilizações corpóreas em curso:

a) Todo o imobilizado esteve afecto à actividade de transportes;

O equipamento administrativo e tipográfico em poder de terceiros tem o valor de € 186.269,19 e os edifícios e outras construções implantados em propriedade alheia têm o valor de € 897.974,70.

b) Desde 1994 que não são capitalizados quaisquer custos financeiros.

15. Foi utilizado, durante o exercício, em regime de locação financeira, equipamento básico - 55 autocarros - com o valor contabilístico total de € 8.743.912,40.

- O montante das respectivas amortizações acumuladas à data de 31/12/2006 era de € 5.471.778,94.

- No exercício foram pagas rendas no montante de € 2.950.749,36 sendo € 103.683,54 de juros e € 2.847.075,81 de amortizações de capital.

- Em 31 de Dezembro de 2006, a CARRIS mantinha res-

ponsabilidades relativas a rendas vincendas destes contratos de locação financeira no montante de € 1.322.869,38, conforme segue:

Anos	Amort. Capital	Juros	Rendas
2007	1.288.774,18	34.095,20	1.322.869,38

16. As empresas do grupo e associadas são:

Grupo:

- **CARRISTUR** - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., com sede na Rua 1º de Maio, 103 - 1300 Lisboa, sendo a fracção do capital de 100% no valor de € 2.987.185,86.

As contas desta empresa, no exercício de 2006, apresentavam os seguintes valores:

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Total do Activo Líquido	6.233.898,46
Total do Capital Próprio	2.987.185,86
Total dos Proveitos	8.823.599,52
Resultados Líquidos	1.448.497,75

- **AURORA FINANCE B. V.**, com sede em Rokin 55, 1012KK Amsterdão, com o capital social de € 18.000,00 detido totalmente pela CARRIS, cuja participação está registada pelo custo de aquisição.

As contas provisórias desta empresa, no exercício de 2006, apresentavam os seguintes valores:

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Total do Activo Líquido	216.260.164,00
Total do Capital Próprio	150.648,00
Total dos Proveitos	6.620.078,00
Resultados Líquidos	73.565,00

Esta empresa constitui um *special purpose vehicle* (SPV) e foi criada com o propósito de contrair um financiamento que teve subjacente a emissão de um empréstimo obrigacionista no mercado internacional.

Associadas:

- **PUBLICARRIS** - Publicidade na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA com sede na Rua Mário Castelhano n.º 40 - Queluz de Baixo, 2749-502 Barcarena, sendo a fracção do capital de 45% no valor de € 172.724,21.

As contas desta sociedade, no exercício de 2006, apresentavam os seguintes valores:

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Total do Activo Líquido	1.140.949,61
Total do Capital Próprio	383.831,59
Total dos Proveitos	2.030.298,54
Resultados Líquidos	110.639,51

As participações financeiras na Carristur e na Publicarris encontram-se registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Deve referir-se, contudo, que as contas destas empresas ainda não se encontram aprovadas em assembleia geral, não sendo contudo expectável alterações significativas nas respectivas demonstrações financeiras. Por outro lado, a participação na Aurora Finance BV encontra-se registada ao custo de aquisição, atendendo a que a Administração da CCFL considera que os efeitos resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial nesta participação financeira não seriam materialmente relevantes.

21. Os movimentos de ajustamento ocorridos nas rubricas do activo circulante encontram-se expressas no mapa da página 62.

22. De artigos do Museu da CARRIS, encontram-se fora do mesmo, à consignação, existências no montante global de 2.617,26.

23. O valor global dos créditos de cobrança duvidosa discrimina-se como segue:

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Cientes de Cobrança Duvidosa	1.513,35
Devedores e Credores Diversos	2.436.741,48
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa	110.305,75

25. Os valores globais das dívidas respeitantes ao pessoal, activas e passivas são as seguintes:

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Activas	20.367,21
Passivas	152.819,73

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos encargos a liquidar com férias e subsídio de férias que se vencem em 1 de Janeiro de 2007, no montante de € 7.710.471,00.

28. Não existem pagamentos em mora ao Estado e outros entes públicos.

29. As dívidas a terceiros que se vencem a mais de 5 anos, constam das seguintes rubricas do Balanço:

• Dívidas a Instituições de Crédito	€ 175.000.000,00
• Dívidas a Empresas do Grupo	€ 154.800.000,00

31. Responsabilidade da Empresa por complementos de pensões de reforma e sobrevivência emergentes do Acordo de Empresa - reservas matemáticas correspondentes, conforme estudo actuarial realizado por entidade independente:

(Unidade: milhar de euro)

	2006	2005
Reformados e Sobreviventes	135.686	142.225
Trabalhadores no Activo	30.969	33.889
	166.655	176.114

O decréscimo de cerca de 5% do total das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2006 face a 2005 deve-se, por um lado à redução do número de trabalhadores no decurso do ano de 2006 por via das rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, sem direitos adquiridos ao nível de complementos de pensões de reforma e, por outro, ao envelhecimento natural e diminuição da população reformada.

Pressupostos actuariais e financeiros considerados:

• Data de referência	31/12/2006
• Idade normal de reforma	65 anos
• Pensões de reforma	Pagas 14 vezes no ano
• Tábua de mortalidade	TV88/90
• Tábua de invalidez	EVK80
• Taxa de desconto	5%
• Taxa de crescimento dos salários	3%
• Taxa de crescimento dos salários da SS	3%
• Taxa de inflação	2%
• Taxa de crescimento das pensões	0%
• Percentagem de casados	80%
• Diferença etária para o cônjuge	3 anos (homem mais velho)

Durante o exercício de 2006 a Companhia pagou € 13.274.879,10 relativos a complementos de pensões (€ 13.416.099,72 em 2005).

32. Em 31.12.2006, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 3.079.673,69 conforme segue:

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Garantias a favor da D. G. Impostos	2.718.515,88
Garantias a favor dos Tribunais	42.568,02
Garantias a favor de Outras Entidades	153.986,48
Garantia solicitada pela Fernave (empresa participada) para garantia de empréstimo bancário	164.603,31
	3.079.673,69

Existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir empréstimos, no montante de € 76.525.822,78.

34. O desdobramento da conta de provisões e a explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, constam do mapa da página 62.

36. O Capital da Empresa está dividido em 32.771.998 acções ordinárias nominativas, cujo valor nominal é de 4,99 euros.

37. O Estado Português é detentor de 100% do Capital Social da Empresa.

Variação na conta de Reservas de Reavaliação:

Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
40.661.372,38	3.741.625,07	0,00	44.402.997,45

O aumento refere-se ao resultado da reavaliação livre de terrenos e edifícios no montante de € 3.598.037,83 e à reversão de impostos diferidos da mesma reavaliação no montante de € 143.587,24.

40. Variação nas contas do Capital Próprio:

Rubricas	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Capital	163 532 270,02			163 532 270,02
Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	1 199 648,16		248 592,02	1 448 240,18
Reservas de Reavaliação	40 661 372,38		3 741 625,07	44 402 997,45
Resultados Transitados	-485 031 440,71	54 730 083,88		-539 761 524,59
Resultados Líquidos	-54 481 491,86	52 178 883,44	54 481 491,86	-52 178 883,44
TOTAL	-334 119 642,01	106 908 967,32	58 471 708,95	-382 556 900,38

O registo a crédito de € 248.592,02 na rubrica de Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas refere-se aos resultados não atribuídos pelas empresas participadas cuja valorização dos investimentos é feito pelo método de equivalência patrimonial.

A rubrica de resultados transitados regista a débito, para além dos resultados líquidos do ano transacto, o montante de € 248.592,02 referido no parágrafo anterior.

41. A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do mapa da página 63.

42. A demonstração da variação da produção consta do mapa da página 63.

A demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços consta do mapa da página 63.

43. As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa relacionadas com o exercício das respectivas funções foram:

• Remunerações do Conselho de Administração:	€ 423.085,63
• Senhas de presença da Mesa da Assembleia Geral	€ 932,27
TOTAL	€ 424.017,90

44. A repartição do valor líquido das prestações de serviços, somente no mercado interno, é a seguinte:

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Serviço Público	73.083.996,24
Alugueres	1.753.212,93
Aluguer de Espaços para Publicidade	799.999,40
Outras	1.968.397,81
TOTAL	77.605.606,38

45. A demonstração dos resultados financeiros consta do mapa da página 64/65.

46. A demonstração dos resultados extraordinários consta do mapa da página 64/65.

47. Para efeitos do disposto no despacho de sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, no exercício, as seguintes:

(Unidade: euro)

Descrição	Valor
Custo das Matérias Consumidas	2 667,76
Fornecimentos e Serviços Externos	213,00
Custos com Pessoal	600 705,61
Outros Custos (Fotocópias)	-1,80
Amortizações do Imobilizado Corpóreo	31,30
TOTAL	603 615,87

Houve, em média 10 trabalhadores afectos, a tempo inteiro, a estas estruturas.

48. Outras Informações

a) Em 31 de Dezembro de 2006, a composição dos empréstimos era a seguinte:

(Unidade: euro)

Empréstimos	Curto Prazo	Médio Prazo (1 a 5 anos)	Longo Prazo (> 5 anos)
Empréstimos por Obrigações			
Não Convertíveis			
Emissão de 2003	—	100 000 000,00	—
Empréstimos Bancários			
Empréstimos Internos	8 235 178,97	6 611 333,97	110 000 000,00
Empréstimos Externos	—	25 000 000,00	65 000 000,00
	8 235 178,97	31 611 333,97	175 000 000,00
Empréstimos Empresas do Grupo	—	60 200 000,00	154 800 000,00
TOTAL	8 235 178,97	191 811 333,97	329 800 000,00

O empréstimo de € 215.000.000,00, com aval integral do Estado Português, foi contraído à Aurora Finance, SV, sediada em Amesterdão, que constitui um *special purpose vehicle* (SPV), emitente de um empréstimo obrigacionista do mesmo montante, tomado integralmente pelo Depfa, SA - ACS Bank sediado em Dublin. Este empréstimo será reembolsado em 25 prestações semestrais de € 8.600.000 com início em 17 de Maio de 2010.

Foi contratado com o BPN em Outubro de 2005 um contrato SWAP de taxa de juro no montante de € 215.000.000,00, cabendo à empresa efectuar pagamentos de juros trimestrais a taxas fixas de acordo com o seguinte plano:

• 1,90% -	de 17-11-2005 até 19-02-2007
• 2,55% -	de 19-02-2007 até 17-02-2009
• 3,60% -	de 17-02-2009 até 17-02-2010
• 4,20% -	de 17-02-2010 até 17-02-2011
• 4,50% -	de 17-02-2011 até 17-02-2012
• 4,75% -	de 17-02-2012 até 18-02-2013
• 5,00% -	de 18-02-2013 até 17-05-2016

Por sua vez, a entidade bancária pagará à empresa, nas mesmas datas, juros à taxa Euribor, 3 meses, com um spread de 7 bp na taxa flutuante.

Atendendo a que, para fins contabilísticos, este contrato de SWAP de taxa de juro não se configura como de cobertura completa, a Empresa procedeu ao registo deste instrumento financeiro em 31 de Dezembro de 2006 pelo seu justo valor, o qual foi calculado por uma entidade especializada. O efeito decorrente nas demonstrações financeiras da Empresa nesta data consistiu no registo de um proveito financeiro de € 5.180.000,00.

Em 2006, foi igualmente celebrado com o Banco Santander Totta um contrato SWAP de taxa de juro no montante de € 90.000.000,00, com data de início em 15 de Setembro, cabendo à Empresa efectuar pagamentos trimestrais à taxa de 1,835% (a qual poderá ser acrescida no futuro atendendo às bandas definidas contratualmente) e receber da entidade bancária pagamentos semestrais à taxa Euribor, 3 meses. As características deste SWAP também não se configu-



raram de cobertura completa, pelo que o efeito do reconhecimento do seu justo valor, em 31 de Dezembro de 2006, consistiu no registo de um proveito financeiro de € 194.436,60.

O empréstimo obrigacionista de 2003, no montante de € 100.000.000,00, igualmente tomado na íntegra pelo Depfa, SA - ACS Bank, também tem garantia do Estado Português e é reembolsado em 4 semestralidades de € 25.000.000,00 a partir de 28 de Julho de 2009.

Também têm garantia do Estado Português os dois empréstimos do BEI de € 60.000.000,00 e € 30.000.000,00 a reembolsar em 18 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se as primeiras em 15 de Março de 2009 e em 15 de Setembro de 2010 e as últimas em 15 de Setembro de 2017 e 15 de Março de 2019, respectivamente.

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos, referente a empréstimos, € 4.477.356,24 de encargos financeiros, cujo pagamento apenas é devido em 2007.

Em 31 de Dezembro de 2006 os saldos em dívida dos empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas, na generalidade entre 3,310% e 4,525%. Os empréstimos por obrigações venciam juros à taxa de 3,390%.

Conforme referido na nota 32, a Companhia tem responsabilidades por garantias prestadas em empréstimos obtidos.

b) A rubrica do Balanço "Títulos e Outras Aplicações Financeiras" regista o montante de € 1.420.601,91 respeitante a títulos da dívida pública detidos pela Empresa para garantir pensões de acidentes de trabalho de que foi auto seguradora até 8 de Janeiro de 1999.

c) A rubrica do Activo "Estado e Outros Entes Públicos" integra a verba de € 3.000.000,00 referente a IVA cujo reembolso já foi requerido, respeitando o restante essencialmente a reembolsos a solicitar.

d) A rubrica "Outros Devedores" integra o montante de € 12.639.340,00 referente a verbas a receber de outros operadores do sistema de transportes, fruto da repartição de receitas de passes.

49. Acréscimos e Diferimentos:

• Acréscimo de proveitos:	
• Juros a receber de títulos da dívida pública	35.511,17
• Juros a receber - SWAPs	* 5.374.436,60
• Publicidade - facturas a emitir	252.396,27
• Cedência de espaços à Carrisbus	10.000,00
• Outros	5.440,98
	<u>5.677.785,02</u>
• Custos Diferidos:	
• Despesas com empréstimos obrigacionistas	75.000,00
• Despesas com outros empréstimos	1.459.043,60
• Rendas	3.256,33
• Assinatura de Publicações para o ano de 2007	3.085,58
• Serviços contratados diversos	44.503,96
	<u>1.584.889,47</u>
• Acréscimo de Custos:	
• Remunerações a liquidar	9.068.130,15
• Juros a liquidar	4.484.668,20
• Fornecimentos e serviços externos diversos	164.599,49
• Comissões a pagar a Agentes e Concessionários	105.744,85
	<u>13.823.142,69</u>
• Proveitos Diferidos:	
• Títulos de Transporte	1.259.590,12
• Subsídios ao Investimento	3.183.859,80
• Rendas e alugueres	1.320,63
	<u>4.444.770,55</u>
• Passivo por impostos diferidos	10.557.480,94

* Refere-se ao reconhecimento do justo valor dos SWAPs, conforme explicitado na Nota 48.

ACTIVO BRUTO Nota - 10 do POC

(Unidade: euro)

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reav./Ajust. de Partes de Capital	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de Instalação	1.906.500,00				-1.446.500,00	460.000,00
Despesa de Investigação e de Desenvolvimento						
Propriedade Industrial e Outros Direitos						
Trespases						
Imobilizações em Curso						
Adiantamentos por C/ Imobilizações Incorpóreas						
	1.906.500,00	0,00	0,00	0,00	-1.446.500,00	460.000,00
Imobilizações Corpóreas:						
Terrenos e Recursos Naturais	39.607.251,96					39.607.251,96
Edifícios e Outras Construções	105.334.045,92	3.598.037,83	933.854,72		178.039,09	110.043.977,56
Equipamento Básico	222.147.623,71		19.946.848,86	22.173.793,37	-3.682.382,21	216.238.296,99
Equipamento de Transporte	2.257.760,68		59.840,36	182.673,44	-455,65	2.134.471,95
Ferramentas e Utensílios	10.104.419,44		1.015.933,14		1.222.106,08	12.342.458,66
Equipamento Administrativo	12.936.334,37		591.350,26	10.885,09	717.247,33	14.234.046,87
Taras e Vasilhame						
Outras Imobilizações Corpóreas	36.436,38					36.436,38
Imobilizações em Curso	4.887.720,30		473.927,21		-4.131.333,12	1.230.314,39
Adiantamentos por C/ Imob. Corpóreas						
	397.311.592,76	3.598.037,83	23.021.754,55	22.367.351,90	-5.696.778,48	395.867.254,76
Investimentos Financeiros:						
Partes de Capital em Empresas do Grupo	1.556.688,11	1.448.497,75				3.005.185,86
Partes de Capital em Empresas Associadas	122.936,43	49.787,78				172.724,21
Empréstimos a Empresas Associadas						
Investimentos em Imóveis						
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	1.855.190,48			425,41		1.854.765,07
Outros Empréstimos Concedidos	1.129.721,59	155.115,00				1.284.836,59
Imobilizações em Curso						
Adiantamentos por C/ Invest. Financeiros						
	4.664.536,61	1.653.400,53	0,00	425,41	0,00	6.317.511,73
TOTAL	403.882.629,37	5.251.438,36	23.021.754,55	22.367.777,31	-7.143.278,48	402.644.766,49

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS Nota - 10 do POC

(Unidade: euro)

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reforço (a)	Anulação/ Reversão (b)	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de Instalação	1.753.166,67	153.333,33	1.446.500,00	460.000,00
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento				
Propriedade Industrial e Outros Direitos				
Trespases				
	1.753.166,67	153.333,33	1.446.500,00	460.000,00
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e Outras Construções	82.791.823,86	5.168.444,05	3.416,84	87.956.851,07
Equipamento Básico	149.059.129,90	13.940.105,42	27.290.631,07	135.708.604,25
Equipamento de Transporte	2.201.385,51	36.019,41	180.799,20	2.056.605,72
Ferramentas e Utensílios	4.919.558,93	2.135.541,73	11.975,48	7.043.125,18
Equipamento Administrativo	10.432.639,62	1.135.066,42	207.196,05	11.360.509,99
Taras e Vasilhame				
Outras Imobilizações Corpóreas				
	249.404.537,82	22.415.177,03	27.694.018,64	244.125.696,21
Investimentos Financeiros:				
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	500,00	419.744,42		420.244,42
Outros Empréstimos Concedidos	489.911,50	794.925,09		1.284.836,59
	490.411,50	1.214.669,51	0,00	1.705.081,01
TOTAL	251.648.115,99	23.783.179,87	29.140.518,64	246.290.777,22

(a) Corresponde às amortizações e ajustamentos registados no Exercício. Foi efectuado o ajustamento para o valor integral da n/ participação na Fernave assim como para os suprimentos concedidos a essa participada.

(b) Inclui reduções por Abates ou Alienações

QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES Nota - 13 do POC

(Unidade: euro)

RUBRICAS	Custos Históricos (a)	Reavaliações Decreto-Lei (a) (b)	Reavaliação Livre anos antes (a)	Reavaliação Livre 2005 (a)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
Imobilizações Corpóreas:					
Terrenos e Recursos Naturais	1.942.258,83	2.204.272,91	35.460.720,22	—	39.607.251,96
Edifícios e Outras Construções	8.810.787,60	3.292.826,41	6.385.474,65	3.598.037,83	22.087.126,49
Equipamento Básico	79.465.175,66	1.064.517,08	—	—	80.529.692,74
Equipamento de Transporte	77.866,23	—	—	—	77.866,23
Ferramentas e Utensílios	5.299.333,48	—	—	—	5.299.333,48
Equipamento Administrativo	2.873.536,88	—	—	—	2.873.536,88
Outras Imobilizações Corpóreas	36.436,38	—	—	—	36.436,38
TOTAL	98.505.395,06	6.561.616,40	41.846.194,87	3.598.037,83	150.511.244,16

(a) Líquidos de Amortizações

(b) Englobam as Sucessivas Reavaliações Autorizadas por Decreto-Lei

MAPA DE AJUSTAMENTOS Nota - 21 do POC

(Unidade: euro)

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Existências:				
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	9 182,51	66 889,50	—	76 072,01
Produtos e Trabalhos em Curso	—	—	—	—
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	—	—	—	—
Produtos Acabados e Intermédios	—	—	—	—
Mercadorias	—	—	—	—
	9 182,51	66 889,50	—	76 072,01
Dívidas de Terceiros:				
Clientes, c/c	—	—	—	—
Clientes - Títulos a Receber	—	—	—	—
Clientes de Cobrança Duvidosa	1 061,79	312,19	—	1 373,98
Empresas do Grupo	—	—	—	—
Empresas Participadas e Participantes	—	—	—	—
Outros Accionistas (Sócios)	—	—	—	—
Estado e Outros Entes Públicos	—	—	—	—
Outros Devedores	1 986 628,54	564,62	4 624,51	1 982 568,65
Subscritores de Capital	—	—	—	—
	1 987 690,33	876,81	4 624,51	1 983 942,63
Títulos Negociáveis:				
Ações em Empresas de Grupo	—	—	—	—
Obrigações e Títulos de Participação em Empresas do Grupo	—	—	—	—
Ações em Empresas Associadas	—	—	—	—
Obrigações e Títulos de Participação em Empresas Associadas	—	—	—	—
Outros Títulos Negociáveis	—	—	—	—
Outras Aplicações de Tesouraria	—	—	—	—
	—	—	—	—

MAPA DE PROVISÕES Nota - 34 do POC

(Unidade: euro)

CONTAS	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291 - Provisões para Pensões	1.169.615,00	0,00	2.342,00	1.167.273,00
292 - Provisões para Impostos	203.285,00	0,00	0,00	203.285,00
293 - Provisões para Processos Judiciais em Curso	552.321,16	158.220,70	181.128,71	529.413,15
294 - Provisões para Acidentes de Trabalho	—	—	—	—
295 - Provisões para Garantias a Clientes	—	—	—	—
298 - Outras Provisões	1.890.140,31	164.603,31	150.593,20	1.904.150,42
	3.815.361,47	322.824,01	334.063,91	3.804.121,57

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS Nota - 41 do POC

(Unidade: euro)

MOVIMENTOS	Matérias Primas	
	Mercadorias	Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	111.973,47	4.916.320,10
Compras	9.255,35	22.058.882,93
Regularização de Existências	-5.576,23	0,00
Existências Finais	106.126,08	4.817.013,11
Custos no Exercício	9.526,51	22.158.189,92

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO Nota - 42 do POC

(Unidade: euro)

MOVIMENTOS	Produtos Acabados e Intermedios		
	Produtos Acabados e Intermedios	Subprodutos, Desperdicios Residuos e Refugos	Produtos e Trabalhos em Curso
Existências Finais	—	—	161.349,07
Regularização de Existências	—	—	—
Existências Iniciais	—	—	203.761,77
Aumento/Redução no Exercício (-)	—	—	-42.412,70

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS Nota - 42 do POC

(Unidade: euro)

MOVIMENTOS	Produtos Acabados e Intermedios		
	Produtos Acabados e Intermedios	Subprodutos, Desperdicios Residuos e Refugos	Prestação de Serviços
Existências Iniciais	203.761,77	—	—
Entradas Provenientes da Produção	1.908.565,74	—	111.981.543,14
Regularização de Existências	—	—	—
Saídas para a Produção e Imobilizado	—	—	—
Existências Finais	-161.349,07	—	—
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	1.950.978,44	—	111.981.543,14

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS Nota - 45 do POC

(Unidade: euro)

CUSTOS E PERDAS	Exercícios	
	2006	2005
681 Juros Suportados	17 198 889,32	10 719 430,43
682 Perdas em Empresas do Grupo e Associadas	—	—
683 Amortizações de Investimentos em Imóveis	—	—
684 Ajustamentos de Aplicações Financeiras	1 214 669,51	—
685 Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	509,83	—
686 Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	—	—
687 Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	—	—
688 Outros Custos e Perdas Financeiros	1 425 367,49	1 325 469,38
Resultados Financeiros	-10 780 895,96	-11 352 532,56
	9 058 540,19	692 367,25

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS Nota - 46 do POC

(Unidade: euro)

CUSTOS E PERDAS	Exercícios	
	2006	2005
691 Donativos	80 104,27	102 460,74
692 Dívidas Incobráveis	—	1 002,50
693 Perdas em Existências	—	—
694 Perdas em Imobilizações	202 461,49	202 297,02
695 Multas e Penalidades	4 872,32	23 503,41
696 Aumentos de Amortizações	—	—
697 Correções Relativas a Exercícios Anteriores	—	—
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	46 604,28	1 563 424,72
Resultados Extraordinários	1 667 594,88	1 210 510,87
	2 001 637,24	3 103 199,26

PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2006	2005
781 Juros Obtidos	7 395 805,56	336 808,04
782 Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	1 498 285,53	248 592,02
783 Rendimentos de Imóveis	145 029,63	86 419,42
784 Rendimentos de Participações de Capital	—	—
785 Diferenças de Câmbio Favoráveis	—	—
786 Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	19 419,47	10 798,96
787 Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	—	—
788 Reversões e Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	—	9 748,81
	9 058 540,19	692 367,25

PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2006	2005
791 Restituição de Impostos	68,38	—
792 Recuperação de Dívidas	—	—
793 Ganhos em Existências	—	—
794 Ganhos em Imobilizações	432 134,07	122 242,85
795 Benefícios de Penalidades Contratuais	136 687,13	124 313,36
796 Reduções de Provisões	175 843,21	1 318 237,86
797 Correções Relativas a Exercícios Anteriores	—	—
798 Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 256 904,45	1 538 405,19
	2 001 637,24	3 103 199,26

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS

(Unidade: euro)

ORIGEM DOS FUNDOS		
Internas:		
Resultado Líquido do Exercício	-52.178.883,44	
Amortizações do Exercício	22.568.510,36	
Variação de Ajustamentos	1.277.811,31	
Variação de Provisões	-11.239,90	-28.343.801,67
Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:		
Diminuições de Investimentos Financeiros:		
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	425,41	425,41
Aumentos de Dívidas a Terceiros a M. e L. Prazo:		
Dívidas a Instituições de Crédito	131.764.821,03	131.764.821,03
Diminuições de Imobilizações:		
Cessão de Imobilizações (Pelo Valor Contabilístico Líquido)		
Imobilizações Corpóreas:		
Terrenos e Recursos Naturais	—	
Edifícios e Outras Construções	—	
Equipamento Básico	202.575,00	
Equipamento de Transporte	2.329,89	
Ferramentas e Utensílios	—	
Equipamento Administrativo	7.673,48	
Outras Imobilizações Corpóreas	—	
Imobilizações em Curso	157.533,37	370.111,74
		103.791.556,51

APLICAÇÃO DOS FUNDOS		
Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:		
Aumentos de Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital em Empresas do Grupo	1.448.497,75	
Partes de Capital em Empresas Associadas	49.787,78	
Outros Empréstimos Concedidos	155.115,00	1.653.400,53
Diminuições de Dívidas a Terceiros a M. e L. Prazo:		
Fornecedores de Imobilizado, c/c	1.287.127,84	1.287.127,84
Aumentos de Imobilizações:		
Trabalhos da Empresa para Ela Própria	1.376.348,54	
Aquisição de Imobilizações	21.645.406,01	23.021.754,55
Aumento dos Fundos Circulantes		77.829.273,59
		103.791.556,51

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES

(Unidade: euro)

Aumentos das Dívidas de Terceiros a C. Prazo		Diminuições das Existências	
Outros Devedores	2.646.508,40	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	99.306,99
		Produtos e Trabalhos em Curso	42.412,70
Diminuições das Dívidas a Terceiros a C. Prazo		Mercadorias	5.847,39
Dívidas a Instituições de Crédito	73.784.042,69	Adiantamentos p/ Conta de Compras	27.175,04
Fornecedores, c/c	299.117,25		
Fornecedores de Imobilizado, c/c	12.989.137,11	Diminuições das Dívidas de Terceiros a C. Prazo	
Estado e Outros Entes Públicos	124.294,20	Clientes, c/c	539.617,61
		Clientes de Cobrança Duvidosa	35,00
Aumentos das Disponibilidades		Adiantamentos a Fornecedores	224.573,82
Depósitos Bancários	1.611.192,56	Estado e Outros Entes Públicos	16.632.307,35
Caixa	1.054,15		
		Aumentos das Dívidas a Terceiros a C. Prazo	
Aumentos de Acréscimos e Diferimentos		Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	750.343,06
Acréscimos de Proveitos	5.502.416,72	Empresas do Grupo	80.258,30
Custos Diferidos	911.545,77	Empresas Participadas e Participantes	2.005,61
		Outros Credores	116.640,90
Diminuições de Acréscimos e Diferimentos			
Passivos por Impostos Diferidos	21.115,28	Aumentos de Acréscimos e Diferimentos	
Proveitos Diferidos	9.603,98	Acréscimos de Custos	1.550.230,75
		Aumento dos Fundos Circulantes	77.829.273,59
	97.900.028,11		97.900.028,11



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais aplicáveis, submetemos à esclarecida apreciação de V. Exas. os nossos Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., relativos ao exercício de 2006.

RELATÓRIO

1. Acompanhamos com regularidade, ao longo do exercício, a actividade da Empresa através da leitura e análise das actas do Conselho de Administração, reunindo com este órgão, ou isoladamente com os seus membros, e com os Serviços da Empresa. Fizemo-lo também através do exame de contratos, livros, registos contabilísticos e, por amostragem, documentos de suporte das operações.

2. Os relatórios dos trabalhos efectuados pelo Gabinete de Controlo Interno e Auditoria e a certificação das contas emitida pelos Auditores Independentes Multinacionais foram também documentos úteis para o desempenho das nossas funções.

3. O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos os esclarecimentos que lhes solicitámos sobre as análises e verificações a que procedemos.

4. Existe concordância entre o conteúdo do Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras.

5. É nossa convicção de que os documentos de prestação de contas observam as disposições legais aplicáveis e os princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto nos significativos efeitos da situação descrita na Reserva que consta da Certificação Legal das Contas, a qual deve ser considerada na compreensão da situação financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2006, e também do resultado apurado e dos fluxos de caixa relativos ao exercício de 2006. Devem também ser consideradas as Ênfases que constam da Certificação Legal das Contas.

6. Os critérios valorimétricos e as políticas contabilísticas utilizados são referidos na Nota 3 do Anexo.

7. O Capital Próprio da Empresa em 31 de Dezembro de 2006 apresenta um valor negativo de 382 556 900,38 euros, sem considerar a reserva quantificada que consta da Certificação Legal das Contas, no montante de 166 655 milhares de euros, relativa às responsabilidades por complementos de pensões não provisionadas avaliadas naquela data. Esta situação coloca a continuidade da Empresa dependente do apoio financeiro do seu accionista Estado que em 2006 atribuiu 43 293 828,44 euros de indemnização compensatória, valor superior em 2 832 306,54 euros ao dado no exercício anterior, mas insuficiente para afastar as preocupações financeiras da gestão da Empresa, pois o Capital Próprio negativo aumentou de 334 119 642,01 euros em 2005, para 382 556 900,38 euros em 2006. Torna-se, por isso, muito importante a definição de uma estratégia do accionista Estado com vista ao saneamento da situação financeira apresentada, tendo sobretudo em atenção a avaliação cuidadosa dos preços sociais praticados pela Empresa, face aos custos reais do serviço prestado, a resolução da pesada responsabilidade não fundada nem provisionada dos complementos de pensões e, cumulativamente, a abrangência da Empresa pelo Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

8. O prejuízo líquido do exercício de 2006 baixou cerca de 2 303 milhares de euros em relação ao do exercício de 2005, tendo os resultados operacionais negativos de 2006 baixado em relação aos do exercício de 2005 cerca de 1 321 milhares de euros. As causas destas baixas situam-se principalmente nas seguintes rubricas da Demonstração de Resultados:

Aumentos nos Custos e Perdas

Aumento nas matérias consumidas	2 159 milhares de euros
Baixas nos Custos com o Pessoal	-789 milhares de euros
Aumento nos Fornecimentos e Serviços Externos	4 636 milhares de euros
Aumento nos Ajustamentos de Aplicações e Inv. Financeiros	1 215 milhares de euros
Aumento nos Juros e Custos Similares	6 580 milhares de euros
Baixa nos Custos e Perdas Extraordinários	-1 558 milhares de euros

TOTAL

12 243 milhares de euro

Aumentos nos Proveitos e Ganhos

Aumento nas Vendas e Prestações de Serviços	3 237 milhares de euros
Aumento nos Proveitos Suplementares	791 milhares de euros
Aumento nos Subsídios à Exploração	1 914 milhares de euros
Aumento nos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	693 milhares de euros
Aumento nos Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	1 250 milhares de euros
Aumento nos Juros e Proveitos Similares	7 056 milhares de euros
Baixa nos Proveitos e Ganhos Extraordinários	-1 102 milhares de euros

TOTAL	13 839 milhares de euro
--------------	--------------------------------

9. O Conselho de Administração descreve com clareza, no bem elaborado Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras apresentados, a sua acção na condução dos negócios da Empresa, e os principais factores que condicionaram e influenciaram a actividade, o resultado, os fluxos de caixa e a situação financeira em 2006. Perspectiva, também, a evolução, os desafios e os objectivos futuros a atingir pela CARRIS.

10. É de salientar que a Empresa elaborou em 2006 o Relatório de Sustentabilidade de que apresenta uma síntese no Capítulo 7 do Relatório de Gestão. Este Relatório foi elaborado pela primeira vez no exercício de 2005.

11. Emitimos a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual que nos competem como Revisores Oficiais de Contas.

12. Agradecemos ao Conselho de Administração a referência positiva feita nas considerações finais do seu Relatório à nossa cooperação e lealdade, a qual só pode ter justificação no profissionalismo interessado e participativo que utilizamos como norma no desempenho das nossas funções, no exercício das quais, no entanto, preservamos sempre a nossa total independência.

PARECER

Sem prejuízo do exposto atrás no Relatório, somos de parecer que merecem a Vossa aprovação:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2006 apresentados pelo Conselho de Administração;
2. A Proposta de Aplicação de Resultados.



Lisboa, 27 de Fevereiro de 2007

RRR – Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues &
Silvério Rodrigues,
SROC N.º 88

Representada pelo sócio
Dr. Leontino Raimundo Aleixo
ROC N.º 98



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de Balanço de 193 704 895,64 euros e um total de Capital Próprio negativo de 382 556 900,38 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 52 178 883,44 euros), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da CARRIS a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da CARRIS, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. O Acordo de Empresa em vigor dá direito a complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. A CARRIS apenas regista como custo do exercício os complementos nele pagos. Em 2006 o pagamento de complementos de pensões totalizou 13 274 879,10 euros. Não tem sido constituído fundo nem criada qualquer provisão para fazer face às responsabilidades com complementos de pensões. Estas responsabilidades foram avaliadas por cálculo actuarial referido a 31 de Dezembro de 2006 em 166 655 milhares de euros, sendo 135 686 milhares de euros relativos a reformados e sobreviventes, e 30 969 milhares de euros respeitantes a trabalhadores no activo. O valor actual das responsabilidades por serviços até 31.12.2006 dos trabalhadores no activo foi determinado pelo Método do "Projected Unit Credit". Os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades antes referidas estão descritos na Nota 31 do Anexo.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, e dada a relevância e significado dos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 7 acima, as re-

feridas Demonstrações Financeiras não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1. A actividade de transportes colectivos urbanos de superfície que a CARRIS desenvolve na cidade da Lisboa tem vindo a gerar prejuízos que em 31.12.2006 totalizam 591 940 408,03 euros, sendo 539 761 524,59 euros relativos a exercícios anteriores e 52 178 883,44 euros referentes ao exercício de 2006. O Estado Português tem vindo a contribuir para financiar a situação através de indemnizações compensatórias e de dotações para capital. Em 2006 os subsídios à exploração totalizaram 43 433 749,21 euros, dos quais a indemnização compensatória representa 43 293 828,44 euros (valor este superior em 2 832 306,54 euros ao de 2005). Em 2003, 2004, 2005 e 2006 não foram feitas dotações de capital. O Capital Próprio da CARRIS em 31.12.2006 apresenta um valor negativo de 382 556 900,38 euros. Se a este montante adicionarmos a reserva quantificada referida no parágrafo nº 7, o Capital Próprio atinge o valor negativo de 549 211 900,38 euros. Portanto a continuidade das operações socialmente indispensáveis que a CARRIS desenvolve está dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado (accionista a 100%), compensando, de uma forma objectiva, a insuficiência dos preços sociais praticados para a cobertura dos custos suportados e saneando a situação financeira deficitária existente em 31 de Dezembro de 2006. (Vide a Demonstração dos Resultados por funções e as Notas 3 e 40 do Anexo).

9.2. A Empresa procedeu, com efeitos à data de 31 de Dezembro de 2006, a nova reavaliação livre para o valor de mercado da quase totalidade dos seus terrenos e edifícios,

afectos ao desempenho da actividade de transportes colectivos urbanos, englobados na rubrica de Imobilizações Corpóreas, o qual foi determinado por avaliações feitas por uma empresa especializada independente, no montante de 3 598 037,83 euros (Terrenos: zero euros e Edifícios e Outras Construções: 3 598 037,83 euros). Como resultado da reavaliação efectuada e de uma correcção feita nos impostos diferidos (143 587,24 euros), as Imobilizações Corpóreas e as Reservas de Reavaliação-Outras foram aumentadas, respectivamente, de 3 598 037,83 e 3 741 625,07 euros. O Capital Próprio da Empresa teve, como consequência, um aumento em 2006 no valor de 3 741 625,07 euros correspondente ao aumento em 2006 da Reserva de Reavaliação já existente desde 2004. A reavaliação feita em 31 de Dezembro de 2006, não teve efeito nos custos (amortizações de exercício) em 2006 e não afectou, por isso, o Resultado Líquido do Exercício apurado em 2006. No entanto, as reavaliações livres dos mesmos activos que tinham sido efectuadas em 31 de Dezembro de 2004 e de 2005 tiveram efeito nos custos (amortizações do exercício) em 2006, no valor de 2 287 872,95 euros, e afectou, neste montante, o Resultado Líquido apurado em 2006. (Vide Notas 1, 6, 12, 13, 39 e 40 do Anexo).

9.3. A empresa do Grupo CARRISTUR e a empresa Associada PUBLICARRIS desde o exercício de 2004 que estão registadas em Investimentos Financeiros pelo método da equivalência patrimonial, com os efeitos contabilísticos daí resultantes. A empresa do Grupo AURORA FINANCE B.V., com sede em Rokin 55, 1012 KK, Amesterdão, com o capital social de 18 000,00 euros, detido totalmente pela CARRIS, está registada em Investimentos pelo custo da aquisição, porque constitui apenas um *special purpose vehicle* (SPV), e foi criada com o único propósito de contrair um financiamento que teve subjacente a emissão de um empréstimo obrigacionista de 215 000 milhares de euros, avaliado pelo Estado Português, tem um Capital Social diminuto e a duração é limitada ao tempo de vida do empréstimo contraído. Os dados principais das Contas do exercício de 2006 destas três empresas constam da Nota 16 do Anexo.

9.4. A Empresa registou em 2006 em Proveitos e Ganhos Financeiros (juros obtidos) por contrapartida de Acrésci-

mos e Diferimentos (acréscimos de proveitos) o montante de 5 374 436,60 euros beneficiando o Resultado Líquido do Exercício no mesmo valor. Este registo resultou de dois contratos de SWAP de taxa de juro celebrados em 2005 e 2006, relacionados com dois empréstimos obtidos (215 000 e 90 000 milhares de euros), instrumentos financeiros que foram registados em 31 de Dezembro de 2006 na contabilidade pelo seu justo valor, visto não se configurarem como de cobertura completa, tendo como efeito o cálculo e registo do proveito referido. (Vidé Nota 48, alínea a).

9.5. O Balanço em 31 de Dezembro de 2006 apresentado pelo Conselho de Administração mostra a perda da totalidade do Capital Social, situação que é ampliada com a reserva do parágrafo nº 7 acima, pelo que a Empresa está abrangida pelo artigo 35º do CSC. A situação referida e o prejuízo incorrido em 2006 revelam a existência de uma incerteza material que pode levantar dúvidas acerca da capacidade da Empresa prosseguir a sua actividade numa óptica de continuidade sem a concretização de suporte financeiro adequado do seu accionista único e sem a realização de resultados positivos no futuro. (Vidé Nota 40 do Anexo).

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2007

RRR – Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues &
Silvério Rodrigues,
SROC N.º 88

Representada pelo sócio
Dr. Leontino Raimundo Aleixo
ROC N.º 98



Sede Executiva:
Al. António Sérgio 62, Complexo de Miraflores,
2795-221 Linda-a-Velha

Sede Social:
Rua 1º de Maio, 101-103
1300-472 Lisboa

www.carris.pt

carris

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.